

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇAS - 2011

BLOCO TRANSPARÊNCIA E RESULTADO - BTR (32) - Bancada do PSDB e representações partidárias do DEM, PPS, PHS, PRTB, PR, PRP, PTC, PTdoB e PTB

Líder: Deputado Bonifácio Mourão (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Luzia Ferreira (PPS), João Vítor Xavier (PRP), Cássio Soares (PRTB), Fred Costa (PHS) e Rômulo Viegas (PSDB)

BLOCO MINAS SEM CENSURA (23) – Bancadas do PT e PMDB e representações partidárias do PRB e PCdoB

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputados Gilberto Abramo (PRB), Ivair Nogueira (PMDB) e Paulo Lamac (PT)

BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL - BPS (17) - Bancada do PV e representações partidárias do PSL, PSB, PMN, PSC e PP

Líder: Deputado Tiago Ulisses (PV)

Vice-Líderes: Deputados Hely Tarquínio (PV), Antonio Lerin (PSB), Duilio de Castro (PMN) e Rômulo Veneroso (PV)

PDT - PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Deputado Sargento Rodrigues

Vice-Líder: Deputado Gustavo Perrella

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Gustavo Valadares (DEM)

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder: Deputado Antônio Júlio (PMDB)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Leonardo Moreira (PSDB), Neider Moreira (PPS), Dalmo Ribeiro Silva (PSDB), Deiró Marra (PR) e Luiz Henrique (PSDB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Corrêa
Deputado Délio Malheiros
Deputado Bonifácio Mourão
Deputado Neider Moreira
Deputado Rogério Correia
Deputado Ivair Nogueira
Deputado Fred Costa

BTR
BPS
BTR
BTR
MSC
MSC
BTR

Presidente
Vice-Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Valadares
Deputado Hely Tarquínio
Deputado Carlos Mosconi
Deputada Luzia Ferreira
Deputado Paulo Lamac
Deputado Bruno Siqueira
Deputado Sebastião Costa

BTR
BPS
BTR
BTR
MSC
MSC
BTR

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Almir Paraca
Deputado Pompílio Canavez

MSC
MSC

Presidente
Vice-Presidente



Deputada Lisa Prado	BPS
Deputado João Leite	BTR
Deputado Sebastião Costa	BTR

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elismar Prado	MSC
Deputado Paulo Lamac	MSC
Deputado Romeu Queiroz	BPS
Deputado Anselmo José Domingos	BTR
Deputado Neider Moreira	BTR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa	BTR	Presidente
Deputado Bruno Siqueira	MSC	Vice-Presidente
Deputado Cássio Soares	BTR	
Deputado Delvito Alves	BTR	
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputada Rosângela Reis	BPS	
Deputado André Quintão	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana	BTR
Deputado Gilberto Abramo	MSC
Deputado Bosco	BTR
Deputado Arlen Santiago	BTR
Deputado Rômulo Viegas	BTR
Deputado Délio Malheiros	BPS
Deputado Adelmo Carneiro Leão	MSC

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elismar Prado	MSC	Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Veneroso	BPS	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputado Tenente Lúcio	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ulysses Gomes	MSC
Deputado Neilando Pimenta	BTR
Deputado Doutor Wilson Batista	BPS
Deputado Luiz Henrique	BTR
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT

COMISSÃO DE DEFESA DA PESSOA COM DEFICIENCIA

Reuniões Ordinárias -

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado
Deputado
Deputado
Deputado
Deputado

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado
Deputado



Deputado
Deputado
Deputado

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Délio Malheiros	BPS	Presidente
Deputada Lisa Prado	BPS	Vice-Presidente
Deputado Duílio de Castro	BPS	
Deputado Carlos Henrique	MSC	
Deputado Antônio Júlio	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Romel Anísio	BPS	
Deputada Rosângela Reis	BPS	
Deputado Antônio Lerin	BPS	
Deputado Sávio Souza Cruz	MSC	
Deputado Vanderlei Miranda	MSC	

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Durval Ângelo	MSC	Presidente
Deputado Paulo Lamac	MSC	Vice-Presidente
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	
Deputado Antônio Genaro	BPS	
Deputado Delvito Alves	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza Lara	MSC	
Deputado Pompílio Canavez	MSC	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	
Deputado Duílio de Castro	BPS	
Deputado João Leite	BTR	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10h30min****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Bosco	BTR	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	Vice-Presidente
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Carlin Moura	MSC	
Deputado Paulo Lamac	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria Resende	BTR	
Deputado Deiró Marra	BTR	
Deputado João Vitor Xavier	BTR	
Deputada Maria Tereza Lara	MSC	
Deputado Celinho do Sinttrocel	MSC	

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Marques Abreu	BTR	Presidente
Deputado Tadeuzinho Leite	MSC	Vice-Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	



Deputado Adelmo Carneiro Leão MSC
Deputado Gustavo Perrela PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BTR
Deputado Bruno Siqueira MSC
Deputado Gustavo Valadares BTR
Deputado André Quintão MSC
Deputado Luiz Carlos Miranda PDT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Zé Maia BTR Presidente
Deputado Doutor Viana BTR Vice-Presidente
Deputado Romel Anísio BPS
Deputado João Vitor Xavier BTR
Deputado Antônio Júlio MSC
Deputado Ulysses Gomes BMC
Deputado Gustavo Perrela PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BTR
Deputado Gustavo Corrêa BTR
Deputado Tiago Ulisses BPS
Deputado Cássio Soares BTR
Deputado Rogério Correia MSC
Deputado Ivair Nogueira BMC
Deputado Sargento Rodrigues PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Célio Moreira BTR Presidente
Deputado Duarte Bechir BPS Vice-Presidente
Deputada Luzia Ferreira BTR
Deputado Gustavo Corrêa BTR
Deputado Sávio Souza Cruz MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Deiró Marra BTR
Deputado Hely Tarquínio BPS
Deputado Doutor Viana BTR
Deputado Zé Maia BTR
Deputado Ivair Nogueira MSC

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 11 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Sávio Souza Cruz MSC Presidente
Deputado Tiago Ulisses BPS Vice-Presidente
Deputado BTR
Deputado Antônio Carlos Arantes BPS
Deputado Carlos Henrique MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes MSC
Deputado Rômulo Veneroso BPS
Deputado Dalmo Ribeiro Silva BTR



Deputado Fábio Cherem
Deputado Antônio Júlio

BPS
MSC

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Quintão
Deputado Fred Costa
Deputado Bosco
Deputado Antônio Lerin
Deputado Carlin Moura

MSC Presidente
BTR Vice-Presidente
BTR
BPS
MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adelmo Carneiro Leão
Deputado João Leite
Deputado Sebastião Costa
Deputado Rômulo Veneroso
Deputado Celinho do Sinttrocel

MSC
BTR
BTR
BPS
MSC

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes
Deputado Fabiano Tolentino
Deputado Rômulo Viegas
Deputado Romel Anísio
Deputado Doutor Viana

BPS Presidente
BTR Vice-Presidente
BTR
BPS
BTR

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Romeu Queiroz
Deputado Luiz Humberto Carneiro
Deputado Bonifácio Mourão
Deputado Antônio Lerin
Deputado Rogério Correia

BPS
BTR
BTR
BPS
MSC

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Duarte Bechir
Deputada Ana Maria Resende
Deputado Luiz Henrique
Deputado Deiró Marra
Deputado Gilberto Abramo

BPS Presidente
BTR Vice-Presidente
BTR
BTR
MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Carlos Arantes
Deputado João Leite
Deputado Bosco
Deputada Luzia Ferreira
Deputado Antônio Júlio

BPS
BTR
BTR
BTR
MSC

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi
Deputado Hely Tarquínio
Deputado Doutor Wilson Batista
Deputado Neider Moreira

BTR Presidente
BPS Vice-Presidente
BPS
BTR



Deputado Adelmo Carneiro Leão MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana BTR
Deputado Tiago Ulisses BPS
Deputado Duílio de Castro BPS
Deputada Luzia Ferreira BTR
Deputado Almir Paraca MSC

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite BTR Presidente
Deputada Maria Tereza Lara MSC Vice-Presidente
Deputado Zé Maia BTR
Deputado Cássio Soares BTR
Deputado Sargento Rodrigues PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonardo Moreira BTR
Deputado Durval Ângelo MSC
Deputado Célio Moreira BTR
Deputado Gustavo Valadares BTR
Deputado Tenente Lúcio PDT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis BPS Presidente
Deputado Luiz Carlos Miranda PDT Vice-Presidente
Deputado Romeu Queiroz BPS
Deputado Pompílio Canavez MSC
Deputado Tadeuzinho Leite MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Duarte Bechir BPS
Deputado Sargento Rodrigues PDT
Deputado Antônio Genaro BPS
Deputado Celinho do Sinttrocel MSC
Deputado Sávio Souza Cruz MSC

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes MSC Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel MSC Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares BTR
Deputado Célio Moreira BTR
Deputado Anselmo José Domingos BTR

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Henrique MSC
Deputado Carlin Moura MSC
Deputado Fábio Cherem BPS
Deputado Gustavo Corrêa BTR
Deputado Deiró Marra BTR



COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias - terças -feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tenente Lúcio	PDT	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Vanderlei Miranda	MSC	
Deputado Ulysses Gomes	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Perrela	PDT	
Deputado Fred Costa	BTR	
Deputado Hélio Gomes	BPS	
Deputado Tadeuzinho Leite	MSC	
Deputado Pompílio Canavez	MSC	

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado	Presidente
Deputado	Vice-Presidente
Deputado	
Deputado	
Deputado	
Deputado	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado
Deputado
Deputado
Deputado
Deputado
Deputado

Ouvidor Parlamentar:

SUMÁRIO

- 1 - ATA
 - 1.1 - Reunião de Comissões
- 2 - ORDENS DO DIA
 - 2.1 - Plenário
 - 2.2 - Comissões
- 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO
 - 3.1 - Plenário
 - 3.2 - Comissões
- 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
- 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR
- 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA
- 7 - ERRATA



ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 23/3/2011

Às 9h10min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Durval Ângelo, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A



Presidência informa que a reunião se destina a debater as obras do Programa de Requalificação Urbana e Ambiental e Controle de Cheias do Córrego Ferrugem e os direitos dos cidadãos e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. José Jacinto Neto, solicitando tomada de providências com relação a falta de infraestrutura do Bairro Landi, no Município de Ribeirão das Neves; Rodrigo Filgueira de Oliveira, Promotor de Justiça Coordenador do CAO - Direitos Humanos, comunicando sua impossibilidade de comparecer à audiência pública em 23/3/2011; e de correspondência publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Cláudio Renato dos Santos Costa, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado e Lafayette de Andrada, Secretário de Defesa Social (17/3/2011); Leonardo Mesquita Cavalcanti, Ouvidor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (substituto); Márcio Heli de Andrade, Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado; e Emílio Carlos Walter, Promotor de Justiça (18/3/2011). A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Pedro Paulo Ferreira dos Santos, Gerente da Obra do Arrudas e Córrego Ferrugem, representando Gerson Barros de Carvalho, Diretor-Geral do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - Deop -; Valter Vilela Cunha, Gestor de Empreendimento de Grande Porte - Meta 2014, representando Ricardo Augusto Simões Campos, Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa-MG; Vereador Arnaldo Luiz de Oliveira, da Câmara Municipal de Contagem, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Registra-se a presença dos Deputados Adelmo Carneiro Leão e Carlin Moura. Logo após, a Presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Comparecem à reunião os Deputados Paulo Lamac e Duarte Bechir (substituindo o Deputado Antônio Genaro, por indicação da Liderança do BPS). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Tenente Lúcio em que solicita seja realizada visita conjunta da Comissão e da Comissão de Segurança Pública à 16ª Delegacia Regional de Segurança Pública de Uberlândia; Fred Costa em que solicita seja realizada reunião conjunta da Comissão e da Comissão de Participação Popular para debater a situação do Projeto Memorial da Anistia Política do Brasil; Rogério Correia em que solicita seja realizada reunião de audiência pública em Ribeirão das Neves, para obter esclarecimentos sobre a construção de um novo complexo prisional nessa cidade; Paulo Lamac em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para apresentar à Comissão as ações referentes a campanha de combate a pedofilia no Brasil, promovidas pela empresa de telefonia OI, entre as quais o cartão de telefone fixo com mensagem alusiva ao tema; Durval Ângelo (7) em que solicita seja realizada visita da Comissão, juntamente com entidades de direitos humanos, às ocupações Camilo Torres e Irmã Dorothy, nesta Capital, para averiguar a situação em que se encontram seus moradores; seja realizada reunião de audiência pública para debater a série de assassinatos não esclarecidos no Município de Ouro Preto, no período de dezembro de 2010 a janeiro de 2011, quando foram mortos cinco jovens na região dos Bairros Santa Cruz e Padre Faria; seja realizada reunião de audiência pública para debater a violação de direitos dos moradores da Comunidade Quilombola Povoado Pimentel, localizada no Município de Pedro Leopoldo; seja realizada reunião de audiência pública, no Município de Itamarandiba, para debater a possível violação de direitos dos moradores do perímetro do Parque Estadual Serra Negra; seja realizada reunião de audiência pública para debater as violações de direitos humanos sofridas por policiais civis e militares, membros do Corpo de Bombeiros, Agentes Penitenciários e seus familiares, bem como para discutir a morte de policiais; seja realizada reunião de audiência pública para debater a denúncia de Eduardo Antônio da Silva, vítima de agressão por parte de policiais militares; e seja realizada reunião de audiência pública com a finalidade de debater a violação de direitos dos herdeiros da família Abreu, que lutam por indenização em virtude de desapropriação para a construção da Cidade Industrial de Contagem. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de março de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 30/3/2011

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.



Votação do Requerimento nº 53/2011, do Deputado Almir Paraca, que solicita seja encaminhado ao Presidente da Fundação Educacional Caio Martins pedido de informações sobre as ações implementadas para a revitalização, modernização e atualização metodológica e pedagógica da Fundação. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 123/2011, do Deputado Almir Paraca, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e ao IEF-MG pedido de informações sobre os aportes, a destinação e a efetiva utilização dos recursos do Bolsa Verde, desde a sua constituição pela Lei nº 17.727 e sua regulamentação pelo Decreto nº 45.113, de 5/6/2009. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 139/2011, do Deputado Paulo Lamac, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de informações sobre os fatos ocorridos durante a operação realizada pela Polícia Militar na madrugada do dia 19/2/2011, na Vila Marçola, Aglomerado da Serra, que culminaram com a morte de dois moradores. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Antônio Abrahão Caram Filho para Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de José Élcio Santos Monteze para Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Gerson Barros de Carvalho para Diretor-Geral do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - Deop-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 20.342, que autoriza o Instituto de Gestão e Águas - Igam - a doar ao Centro Polivalente de Atividades Sociais, Culturais e Ambientais - Cepasa -, com sede no Município de Unaí, o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Neider Moreira solicitou o prazo regimental para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4/2011, do Governador do Estado, que extingue a pensão vitalícia instituída pela Lei nº 1.654, de 26/9/57. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 6/2011, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 18.682, de 28/12/2009, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública, e com a Subemenda nº 1, que apresenta, à Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 30/3/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 47/2011, do Deputado Elismar Prado.

Requerimentos nºs 256/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 266/2011, do Deputado Luiz Carlos Miranda.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 30/3/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 224/2011, da Comissão de Segurança Pública; 259/2011, do Deputado Doutor Viana; 265/2011, do Deputado Inácio Franco; e 306/2011, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 30/3/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 303/2011, do Deputado Duílio de Castro.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 30/3/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 245/2011, do Deputado Carlos Mosconi; 249/2011, do Deputado Duarte Bechir; 252/2011, do Deputado Doutor Viana; 253/2011, do Deputado Luiz Henrique; 298/2011, do Deputado Bosco; e 308/2011, do Deputado Neilando Pimenta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 30/3/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 30/3/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 18, 34, 35, 45 e 48/2011, do Deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 30/3/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 36 e 39/2011, do Deputado Elismar Prado.

Requerimento nº 267/2011, do Deputado Luiz Henrique.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA
30/3/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 180/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Requerimentos nºs 246/2011, do Deputado Cássio Soares; 268/2011, dos Deputados Luiz Henrique, Paulo Guedes, Arlen Santiago, Tadeuzinho Leite e Célio Moreira e da Deputada Ana Maria Resende; 295/2011, do Deputado Anselmo José Domingos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e as 20 horas do dia 30/3/2011, destinadas, ambas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, a saber: das indicações, feitas pelo Governador do Estado, dos nomes de Antônio Abrahão Caram Filho para Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG -, José Élcio Santos Monteze para Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG - e Gerson Barros de Carvalho para Diretor-Geral do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - Deop-MG -; e Requerimentos nºs 53/2011, do Deputado Almir Paraca, que solicita seja encaminhado ao Presidente da Fundação Educacional Caio Martins pedido de informações sobre as ações implementadas para a revitalização, modernização e atualização metodológica e pedagógica da Fundação; 123/2011, do Deputado Almir Paraca, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e ao IEF-MG pedido de informações sobre os aportes, a destinação e a efetiva utilização dos recursos do Bolsa Verde, desde a sua constituição pela Lei nº 17.727 e sua regulamentação pelo Decreto nº 45.113, de 5/6/2009; e 139/2011, do Deputado Paulo Lamac, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de informações sobre os fatos ocorridos durante a operação realizada pela Polícia Militar na madrugada do dia 19/2/2011, na Vila Marçola, Aglomerado da Serra, que culminaram com a morte de dois moradores; e, na 2ª Fase, à apreciação do Veto à Proposição de Lei nº 20.342, que autoriza o Instituto de Gestão e Águas - Igam - a doar ao Centro Polivalente de Atividades Sociais, Culturais e Ambientais - Cepasa -, com sede no Município de Unaí, o imóvel que especifica; e dos Projetos de Lei nºs 4/2011, do Governador do Estado, que extingue a pensão vitalícia instituída pela Lei nº 1.654, de 26/9/57, e 6/2011, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 18.682, de 28/12/2009, e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 29 de março de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Lamac, Antônio Genaro, Delvito Alves e Luiz Carlos Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 30/3/2011, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de apresentar a esta Comissão as ações referentes a campanha de combate a pedofilia no Brasil, promovidas pela empresa de telefonia OI, entre as quais o cartão de telefone fixo com mensagem alusiva ao tema, com a presença de convidados, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 29 de março de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação de José Geraldo de Oliveira Silva para o cargo de Presidente da Fucam

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Neilando Pimenta, Doutor Wilson Batista e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 30/3/2011, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de proceder a arguição pública do Sr. José Geraldo de Oliveira Silva para o cargo de Presidente da Fucam, de discutir e votar o Parecer para o Turno Único da Indicação nº 4/2011, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.



Sala das Comissões, 28 de março de 2011.
Almir Paraca, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação de Ana Maria Pacheco para Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto - Faop

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Délio Malheiros, Elismar Prado e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 30/3/2011, às 16h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e votar o parecer para o turno único da Indicação nº 5/2011, do Governador do Estado, de proceder à arguição pública e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 29 de março de 2011.
Tenente Lúcio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Solanda Steckelberg Silva para Presidente da Fundação Clóvis Salgado

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Rômulo Veneroso, Carlos Mosconi, Carlin Moura e Elismar Prado, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 31/3/2011, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de proceder à arguição pública da indicada, discutir e votar o Parecer sobre a Indicação nº 11/2011, do Governador do Estado, e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 29 de março de 2011.
Fred Costa, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Marilena Chaves para Presidente da Fundação João Pinheiro

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Bosco, Délio Malheiros e Pompílio Canavez, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 31/3/2011, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e votar o parecer para turno único da Indicação nº 13/2011, do Governador do Estado, de proceder a arguição pública e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 29 de março de 2011.
Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fred Costa, Antônio Lerin, Bosco e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/4/2011, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir, em audiência pública, o andamento do processo de reconhecimento da comunidade Três Barras como quilombola e acompanhar a execução dos programas do governo federal nessa localidade, com a presença de convidados que menciona.

Sala das Comissões, 30 de março de 2011.
André Quintão, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Luiz Afonso Vaz de Oliveira para Presidente da Ruralminas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Rômulo Viegas, Fabiano Tolentino, Rogério Correia e Tadeuzinho Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/4/2011, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de proceder a arguição pública do indicado e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 29 de março de 2011.
Romel Anízio, Presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3/2011

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo dar a denominação de Escola Estadual Professora Antônia Bernardo Rodrigues à escola estadual de ensino fundamental localizada no Município de Carlos Chagas.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada, cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3/2011 pretende dar a denominação de Escola Estadual Professora Antônia Bernardo Rodrigues à escola estadual de ensino fundamental localizada na Rua Vereador José dos Santos Franco, nº 310, Centro, no Município de Carlos Chagas.

A apresentação do projeto decorre de pedido formulado pelo colegiado da referida escola, que, em reunião realizada em 20/7/2010, homologou, pela maioria dos votos de seus membros, a indicação do nome Escola Estadual Professora Antônia Bernardo Rodrigues para essa unidade de ensino.

Cabe ressaltar que a homenageada notabilizou-se nessa comunidade por sua figura magistral e marcante, sempre alegre, solícita e pronta a servir a todos. No papel de professora pioneira na região, atuou por 47 anos ministrando seus ensinamentos e esteve sempre à frente dos movimentos locais.

Deixou, como inspiração e legado para a sua comunidade, seu exemplo de professora guerreira, dedicada e capaz de lutar e vencer as dificuldades em nome da educação.

Como forma de reconhecimento a seus serviços em favor da educação, consideramos meritória a escolha do nome da Professora Antônia Bernardo Rodrigues para denominar o educandário situado no Município de Carlos Chagas.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 29 de março de 2011.

Bosco, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 46/2011

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do Deputado Elismar Prado, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Amor ao Próximo – Inclusão Digital, com sede no Município de Itabirito.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Agora cabe a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 46/2011 tem por escopo declarar de utilidade pública a Associação Amor ao Próximo – Inclusão Digital, com sede no Município de Itabirito, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter educacional, cultural, assistencial, desportivo e de estudo e pesquisa.

A instituição tem como objetivos lutar para a concretização do direito e das oportunidades de acesso à educação e à informatização; promover gratuitamente a educação e a inclusão digital; realizar atividades extracurriculares, como colônias de férias, jardinagem, atividades culturais e esportivas; desenvolver suas ações de forma inovadora e comprometida com o atendimento às necessidades para o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes; fomentar intercâmbios, produção de pesquisas e publicações, bem como eventos, visando à difusão do conhecimento digital; e assessorar outras organizações sem fins lucrativos que atuem em áreas afins.

Pela relevância do trabalho desenvolvido, consideramos que a entidade em análise merece o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 46/2011, em turno único.

Sala das Comissões, 29 de março de 2011.

Carlin Moura, relator.



PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 180/2011

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Cultural, Artística, Folclórica e Esportiva de Conceição da Aparecida – Acafoleca –, com sede no Município de Conceição da Aparecida.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Agora cabe a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 180/2011 tem por escopo declarar de utilidade pública a Associação Cultural, Artística, Folclórica e Esportiva de Conceição da Aparecida – Acafoleca –, com sede no Município de Conceição da Aparecida, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como finalidade a prática da cultura artística e folclórica, visando à sua defesa, preservação e valorização, bem como o incentivo à prática desportiva.

Na consecução de seus propósitos, a instituição luta pela preservação do patrimônio cultural, artístico e folclórico, especialmente aquele relacionado à cultura popular da região; estimula novas formas de expressão cultural; promove pesquisas, estudos e debates sobre temas de interesse de seus associados; comemora anualmente a Semana do Folclore; e fomenta a prática desportiva em todas as suas modalidades.

Dessa forma, incentiva as pessoas, por meio do esporte e da cultura, a se tornarem agentes de sua própria transformação, além de colaboradores na construção de uma sociedade mais justa e solidária, razão pela qual é meritória a intenção de se lhe conceder a pretendida declaração de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 180/2011, em turno único.

Sala das Comissões, 29 de março de 2011.

Rômulo Veneroso, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 448/2011

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Alencar da Silveira Jr., a proposição em epígrafe, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 187/2007, “dispõe sobre a exploração de loteria de números no Estado de Minas Gerais”.

Publicado no “Diário do Legislativo” de 20/2/2011, foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária para receber parecer, nos termos do art. 188 do Regimento Interno.

Cabe a esta Comissão, preliminarmente, apreciar os aspectos jurídico, constitucional e legal da matéria, conforme prescreve o art. 102, III, “a”, do mencionado Regimento.

Fundamentação

O projeto em análise tem o escopo de disciplinar, no Estado, a exploração da loteria numérica denominada “jogo do bicho”. Para tanto, a proposição prevê a competência da Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude para autorizar a exploração dessa modalidade de loteria e estabelece os requisitos para o cadastramento dos interessados. Prevê, ainda, a criação de uma câmara de regulação da atividade lotérica, a qual será composta por cinco representantes dos exploradores autorizados, um representante da Secretaria de Estado de Fazenda e um representante da Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude, que a presidirá.

Ora, a Constituição da República, no art. 22, XX, determina explicitamente a competência privativa da União para legislar sobre “sistema de consórcios e sorteios”, expressão genérica que abrange várias modalidades de sorteios, entre as quais se destaca a loteria numérica popularmente conhecida como “jogo do bicho”. Se tal prerrogativa é privativa da União, não cabe aos demais entes da Federação (Estados e Municípios) editar normas jurídicas sobre a matéria, sob pena de se afrontar o supracitado preceito constitucional. Para que o Estado possa legislar sobre o tema em questão, é indispensável que lei complementar federal o autorize expressamente, conforme dispõe o parágrafo único do citado art. 22 da Carta Magna.

Nesse ponto, é oportuno salientar que o Supremo Tribunal Federal, em diversas ocasiões, declarou a inconstitucionalidade de lei estadual que disciplinava o serviço de loterias e bingos, deixando claro que tal competência é privativa da União. Assim, no julgamento da ADI 3.183, de 10/8/2006, o referido Tribunal decidiu que “são inconstitucionais, por ofensa à competência da União para legislar sobre sistema de consórcios e sorteios (art. 22, XX, da CF), os decretos que compõem o sistema normativo regulamentador do serviço de loterias e bingos no Estado de Mato Grosso do Sul”. Essa decisão foi publicada no “Diário da Justiça” de 20/10/2006.

Em outra oportunidade, o Pretório Excelso manifestou-se da seguinte forma sobre a matéria:

“Ação direta de inconstitucionalidade. Criação de serviço de loteria por lei estadual (Lei nº 8.118/2002, do Estado do Rio Grande do Norte). Vício de iniciativa. Competência privativa da União. Expressão ‘sistema de consórcios e sorteios’ (CF, art. 22, XX) inclui serviço de loteria. Proibição dirigida ao Estado-membro prevista no Decreto-lei nº 204/2007. Precedente: ADI 2.847/DF, Rel. Min. Carlos Velloso, DJ 26/11/04, Tribunal Pleno. ADI 2.690, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgamento em 7/6/06, DJ de 7/6/06”.



Após várias decisões nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal aprovou a Súmula Vinculante nº 2, de 2007, cujo teor é o seguinte: “É inconstitucional a lei ou o ato normativo estadual que disponha sobre loterias e jogos de bingo”. Essa súmula, que depende da aprovação de dois terços dos membros do Tribunal, tem efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), nos termos do “caput” do art. 103-A da Constituição da República, introduzido pela Emenda à Constituição nº 45, de 2004.

Verifica-se, portanto, que o projeto contém vício insanável de inconstitucionalidade, uma vez que invade a competência normativa da União para disciplinar, por meio de lei estadual, serviço de loteria numérica.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 448/2011.

Sala das Comissões, 29 de março de 2011.

Bruno Siqueira, Presidente e relator - André Quintão - Duarte Bechir - Cássio Soares.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 601/2011

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Arlen Santiago, o projeto de lei em epígrafe, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.541/2010, tem por escopo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Salinas o imóvel que especifica.

A proposição foi publicada no “Diário do Legislativo” de 17/3/2011 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Vem, agora, a este órgão colegiado para ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme estabelecem os arts. 102, III, “a”, e 188 do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto ora desarquivado tem por objetivo conferir a necessária autorização legislativa para que o Poder Executivo possa doar ao Município de Salinas imóvel com área de 14.950m², situado nesse Município e registrado sob o nº 16.598, a fls. 57/58 do Livro 3-T, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Salinas, bem como a construção nele existente.

Em sua versão original, o projeto prevê a transferência ao Município da área de 14.950m² para a construção da sede da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes –, embora apenas parte desse imóvel encontre-se sem utilização.

A alienação de patrimônio público deve observar o art. 18 da Constituição mineira, que exige autorização legislativa para a efetivação da transferência de domínio. No âmbito infraconstitucional, a Lei Federal nº 8.666, de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição da República e institui normas para licitações e contratos da administração pública, em seu art. 17, impõe, além da referida autorização, a necessidade de existência de interesse público devidamente justificado.

Nesse ponto, cabe lembrar que o bem será destinado às instalações da Unimontes, o que beneficiará a comunidade acadêmica e estudantil dessa região, contribuindo para a melhoria da prestação de serviços na área de educação superior.

Ainda na defesa do interesse coletivo, o art. 2º do projeto preceitua que o bem reverterá ao patrimônio do Estado se, no prazo de 20 anos, contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista.

Cabe esclarecer ainda que a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, por meio da Nota Técnica nº 532/2011, manifestou-se favoravelmente à transferência de domínio pretendida, tendo em vista a concordância da Secretaria de Estado de Educação, órgão ao qual o imóvel está vinculado, que levou em consideração a inexistência de projetos sociais do Estado para utilização do imóvel e os benefícios que sua transferência trará para a população.

Ressalta, entretanto, que são necessárias alterações no texto da proposição, a saber, a doação diretamente à Unimontes e a retificação da área a ser doada, restrita a 3.500m², a ser desmembrada da área total de 14.950m², uma vez que o restante do terreno continuará abrigo da Escola Estadual Professor Elídio Duque.

Por essa razão, o autor apresentou a este relator proposta de alteração do projeto de lei, destinando parte da área total, compreendendo 3.500m², para a construção do câmpus da Unimontes, visando ao melhor aproveitamento do espaço existente em benefício da comunidade.

Dessa forma, embora não haja óbice à tramitação do projeto de lei em análise, apresentamos o Substitutivo nº 1, ao final deste parecer, que acata a proposta de substitutivo apresentada pelo autor da matéria e as alterações sugeridas pela Seplag, além de acrescentar anexo com a descrição exata da parte do imóvel a ser doada.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 601/2011 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Autoriza o Poder Executivo a doar à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – o imóvel constituído pela área de 3.500m² (três mil e quinhentos metros quadrados), conforme descrição no Anexo desta lei, a ser desmembrado de área com 14.950m² (quatorze mil novecentos e cinquenta metros quadrados), situado no Município de Salinas, registrado sob o nº 16.598, a fls. 57/58 do Livro 3-T, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Salinas.

Parágrafo único - O imóvel a que se refere o “caput” destina-se à construção do câmpus da Unimontes.



Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de 20 anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anexo

(de que trata o art. 1º da Lei nº , de de de 2011)

A parte do imóvel a ser doada tem a seguinte descrição: pela frente mede 127,70m (cento e vinte e sete vírgula setenta metros), confrontando com a Rua Duque de Caxias; do lado direito mede 24,76m (vinte e quatro vírgula setenta e seis metros), confrontando com a Rua Ouro Preto; do lado esquerdo mede 30,00m (trinta metros), confrontando com a Rua Oscar Martins Gandra; e pelos fundos mede 128,07m (cento e vinte e oito vírgula sete metros), confrontando com o remanescente do terreno do Estado, perfazendo uma área total de 3.500m² (três mil e quinhentos metros quadrados).

Sala das Comissões, 29 de março de 2011.

Bruno Siqueira, Presidente - Delvito Alves, relator - Cássio Soares - André Quintão - Duarte Bechir.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 24/3/2011

O Deputado Marques Abreu - Boa-tarde às Deputadas e aos Deputados; Deputado José Henrique, Presidente da Mesa hoje. Neste meu primeiro pronunciamento na Casa, inicio dizendo que esta atividade para mim é novidade, e confesso que é muito mais difícil que jogar no Mineirão lotado, com mais de 100 mil pessoas, como joguei várias vezes, no clássico. Assim será até que se torne minha rotina. Tenho certeza de que isso acontecerá.

Agradeço os mais de 153 mil votos recebidos. Ainda não tinha feito isso publicamente, na Casa, mas agradeço cada voto, em cada lugar, em cada esquina, em cada cidade onde estivemos e fomos recebidos pelas pessoas de forma sempre muito marcante e emocionante acima de tudo. Onde estive, tive o prazer de compartilhar emoções, porque, muitas vezes, jogando, como foi minha carreira por mais de 20 anos como atleta profissional, no dia a dia, na correria, viajando o tempo todo, concentrando, sem feriados, sem sábado, sem domingo, não tinha muita noção do que eu representava verdadeiramente para as pessoas que tinham uma paixão muito grande por mim. Estou aqui, de coração, agradecendo a cada uma dessas pessoas a emoção que me transmitiram durante a campanha.

Não foi fácil, como muitos pensam, essa caminhada, por ser um ídolo de uma imensa massa como a do Atlético, mas o calor das amizades nessas horas me fez enxergar quão importante foi a campanha. Encho-me de um desafio forte para procurar, da melhor maneira possível, corresponder com muito trabalho, esforço e aprendizado aqui na Casa aos votos recebidos. Devo confessar, fui muito bem recebido nesta Casa pela diretoria. Os próprios Deputados deste Parlamento sempre vêm, de maneira positiva, dar-me uma palavra de apoio. Acho que este é um momento oportuno para agradecer-lhes.

Ainda estou familiarizando-me com a estrutura do Parlamento. Ainda me perco muito dentro da Casa, sem dúvida, é um desafio imenso. Estou de coração aberto para retribuir, da melhor maneira possível, às pessoas que tanto confiaram em mim nesta última eleição.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Obrigado. Em primeiro lugar, congratulo-me com V. Exa. É uma satisfação tê-lo como colega na Assembleia Legislativa, pois tantas vezes, como admirador do nosso glorioso Clube Atlético Mineiro, admirador do seu futebol, já tive muitas satisfações com o seu futebol, e V. Exa. já me deu muitas alegrias nas arquibancadas do Mineirão e de outros Estados. Não imaginava que teríamos a possibilidade de ter uma relação mais permanente, mais constante aqui, na Assembleia Legislativa. É um prazer tê-lo como colega e pelas qualidades que demonstrou como desportista. V. Exa. é um atleta, um profissional exemplar. Isso deve servir de exemplo para todo o povo de Minas Gerais. O que foi dentro do campo encorajou, certamente, muitos jovens a buscar ser também um exemplo no esporte em Minas Gerais e no País. Foi um atleta exemplar. Tenho a certeza de que será também um Deputado exemplar. Já agora, recém-chegado, preside a Comissão de Esporte desta Casa, já preocupado com as questões da Copa do Mundo, com o andamento das nossas obras. Tenho a certeza de que as alegrias que nos deu, principalmente aos atleticanos, no Mineirão e em outros estádios brasileiros, também as dará aos esportistas e ao povo mineiro. Parabéns! Seja bem-vindo! Que tenhamos um grande laço de amizade e que possamos realizar um trabalho profícuo! Parabéns!

O Deputado Marques Abreu - Obrigado, Deputado Rogério Correia.

O Deputado Doutor Viana (em aparte)* - Também quero manifestar a minha satisfação em ouvi-lo agora, no seu primeiro pronunciamento. Para mim não é o primeiro porque tive a honra de presidir uma sessão de homenagem da Assembleia Legislativa que lhe foi prestada, de autoria do hoje Deputado Federal Eros Biondini.

Fico feliz por sua votação expressiva. Sei que ela tem muito da paixão futebolística, mas o futebol, o esporte, eu que sou médico posso dizê-lo, são fundamentais na vida das pessoas. Hoje, no Brasil, ainda é mais essencial. V. Exa. chega com sua história, com sua vivência de desportista, que tanto atuou e brilhou nos campos não só aqui de Minas, mas também de outras plagas, já traz o seu conhecimento, a sua dedicação, para difundir-la na Comissão de Esporte, que V. Exa. preside, em outras comissões das quais está participando, com essa sua maneira simples, objetiva, prática de marcar gols. Que continue agora a marcar grandes gols na Assembleia, para atender ao chamamento, à confiança que mais de 150 mil eleitores depositaram em V. Exa., aquela quantidade infinita, que V. Exa. teve muito merecidamente! Que essas pessoas realmente se sintam realizadas por ter votado corretamente no grande jogador, atleta e hoje Deputado Marques! Que Deus continue a iluminar a sua vida, a sua carreira agora nova e lhe dê um



futuro promissor, como muito êxito, com muito sucesso! V. Exa. merece pelo grande coração que tem. De coração, desejo-lhe muito êxito. Muito obrigado.

O Deputado Marques Abreu - Obrigado, Deputado Doutor Viana.

O Deputado Fabiano Tolentino (em aparte) - Caro Presidente da nossa Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, caro amigo Marques, é com muito prazer que estamos juntos nesta grande Comissão. Tenho a certeza de que faremos um ótimo trabalho, afinal de contas V. Exa. possui grande experiência e capacidade. Em breves palavras, gostaria de falar principalmente do seu caráter, da sua essência, do ser humano que é, qualidades que se refletiram na sua votação. Parabéns! Continue assim, tratando muito bem os seus pares nesta Casa. Tenho a certeza de que faremos um grande trabalho. Minas Gerais ganhará com isso. Conte sempre conosco na Comissão de Esporte, pois é um prazer estar ao seu lado. Parabéns por tudo!

O Deputado Marques Abreu - Obrigado, Deputado.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado Marques Abreu, conversando com V. Exa. nesta semana, ouvi-o, surpreso, perante seus filhos, falar por que iria passar o Dia dos Pais na companhia deles. Aquilo me impressionou. Agora V. Exa. passará o Dia dos Pais na companhia deles, pois não é mais um profissional do futebol. Muitos pensam que um jogador profissional de futebol é um folgado, leva a vida tranquila e ganha muito dinheiro. No entanto, V. Exa. tem demonstrado que essa profissão é extremamente sacrificante - como é o seu caso -, quando se quer ser um bom jogador de futebol.

Ao contrário do que disse o ilustre Deputado Rogério Correia, V. Exa. me causou muita contrariedade. Eu, cruzeirense que sou, realmente tinha muita preocupação quando o via caindo pela direita, driblando um e outro, fazendo dobradinha, ora com Guilherme, ora com Valdir, e assim por diante, causando-nos grandes dificuldades. Depois que V. Exa. parou de jogar futebol, o Atlético não ganha mais do Cruzeiro. É uma atrás da outra. Parece que querem que V. Exa. volte, mas não faça isso, fique aqui conosco. Continue com essa humildade, com essa altivez, com essa seriedade e com essa dispersão. Um homem que chegou a esta Casa com quase 160 mil votos não conseguiu isso à toa. Certamente plantou, plantou muito e colheu frutos. Plantou na alegria do povo mineiro, não apenas dos atleticanos, mas também de todos os que gostam do esporte, que se distraem e vão ao campo para, no final de semana, descansar um pouco. V. Exa. contribuiu muito para isso e com certeza contribuirá muito mais com a base do governo, da qual faço parte, a fim de ajudar o Governador Antonio Augusto Anastasia e o Vice-Governador Alberto Pinto Coelho a fazerem um grande governo para nossa Minas Gerais. Vamos juntos fazer uma boa Copa do Mundo no Brasil, para que este país cresça cada vez mais, inclusive no esporte.

O Deputado Marques Abreu - Obrigado, Deputado Bonifácio Mourão.

Gostaria de falar apenas uma coisa que acho importante neste momento: o Mourão tocou nos desafios de um atleta profissional, que começam lá atrás; no meu caso, começaram quando eu tinha 12, 13 anos, quando fiz um teste no Corinthians com mais de 300 garotos. Na oportunidade, eu e mais 2 garotos passamos no teste. Há um fato engraçado, ocorrido na época. No teste, havia muitos atacantes. Como garoto, pensei muito rápido: se concorresse com mais de 100 jovens atacantes, dificilmente passaria. Tinha 12 anos, já era atacante e me destacava, mas resolvi fazer o teste como lateral direito; a concorrência era menor, 6 ou 7 garotos.

Essa é a dimensão da dificuldade que começou lá atrás. A carreira de um atleta não é fácil; ocorrem diversas lesões, fazemos muitos sacrifícios, como deixar a família e não ver o nascimento de um filho, conforme aconteceu comigo. No entanto, hoje, olhando para trás, vejo que tudo valeu a pena, pois, aonde vamos, vemos o reconhecimento das pessoas, que ficam emocionadas e nos tomam como exemplo para seus filhos. Como atleta, essa foi minha grande preocupação: passar uma boa imagem, um bom exemplo, principalmente para a criançada. Acho que saí desse processo, ou seja, do futebol, de cabeça erguida, com o dever cumprido e o sentimento de que fiz o meu melhor para acrescentar algo ao esporte do Brasil.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Ilustre Deputado Marques Abreu, parabênize V. Exa. Quantas vezes, da arquibancada do Mineirão, tive a felicidade de vibrar com o seu futebol arte e, acima de tudo, com a pessoa que V. Exa. sempre foi: humilde, disciplinado no esporte, sempre dando bom exemplo em campo e trazendo muitas alegrias para a grande torcida do Clube Atlético Mineiro e de Minas Gerais. Como Deputado, V. Exa. também representará um importante papel para todos os mineiros, independentemente das cores das camisas dos times. Agora V. Exa. é um representante do povo de Minas Gerais e já começa firme, presidindo uma comissão importante como a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, que trará realmente muitos bons resultados para o Estado.

Nessa sua experiência de vida, desde garoto, por meio do futebol, aprendeu e se transformou num grande cidadão. A missão de V. Exa., como a de todos nós, é dar essa oportunidade também a todas as crianças de Minas Gerais, aliás, implementando programas importantes como, por exemplo, a Bolsa-Atleta no Estado, para que, por intermédio do esporte, do futebol ou de qualquer outra prática esportiva, um número cada vez maior de crianças e adolescentes tenha vida digna e um caminho da cidadania. Que Deus o ilumine. Certamente V. Exa. fará muitos gols neste tapete vermelho, pois no tapete verde já nos deu muitas alegrias.

O Deputado Marques Abreu - Obrigado pelo depoimento, Deputado Carlin Moura.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Deputado Marques Abreu, torci por V. Exa. bem antes de conhecê-lo. A sua torcida já o conhecia. Por volta das eleições, nunca pensei que torceria tanto por um jogador quanto torci por V. Exa. A sua participação na coligação foi fundamental. Fiquei muito contente, pois, quando cheguei aqui, percebi que V. Exa. tem conteúdo. Além de ser uma pessoa querida pela torcida, é um colega que respeita todos os colegas nesta Casa e é muito humilde. Certamente V. Exa. consegue relacionar-se bem com todos os colegas. Isso demonstra a sua capacidade de interagir com a diversidade. Portanto lhe desejo muita felicidade e muito sucesso. Que Deus o ilumine. Certamente esse trabalho que está realizando para o esporte de Minas Gerais contribuirá bastante para as pessoas que realmente torcem para que tenhamos não só a Olimpíada e uma jogada temporária, mas também políticas públicas destinadas a essa juventude que tem ligação com o esporte. Tenho certeza de que V. Exa. é essa pessoa preparada e, acima de tudo, um ótimo colega.

O Deputado Marques Abreu - Obrigado, Deputada Liza Prado.



O Deputado Carlos Henrique (em aparte)* - Obrigado, Deputado Marques Abreu. Farei um apelo ao Deputado Doutor Viana, nobre Presidente, para que releve e lhe conceda um tempo a mais a fim de que se manifeste. Ele trouxe um discurso pronto para expressar as suas ideias e os seus projetos no seu primeiro dia de tribuna. A quantidade de Deputados que apartearam o Deputado Marques Abreu foi muito grande em virtude da admiração que sentem pela sua pessoa, assim como pela simplicidade desse homem, desse Deputado.

Deputado Marques Abreu, a carreira de um futebolista é muito curta. Então, fica a preocupação quanto ao depois. Eleito Deputado, V. Exa. demonstra que, após o fim da carreira de jogador de futebol - aliás, V. Exa. saiu em alta, com o título do campeonato para o Atlético -, quer dar continuação ao seu talento dentro de campo. Agora esse talento é manifestado fora de campo como uma autoridade política, transformando tanto essa autoridade política quanto essa articulação política e a legislação parlamentar em benefício desses jovens que, muitas vezes, participam de uma peneira no futebol, como participei na minha juventude no Flamengo. Tentei ser jogador de futebol, mas não consegui - aliás, ser jogador de futebol é o sonho de muitos pais no Brasil. Fica uma frustração muito grande. Depois não há um acompanhamento psicológico para esses jovens. Sabemos da frustração de muitos deles por não passarem numa peneira, num teste de futebol. Essa é uma expectativa tanto deles quanto da própria família. Muitas vezes o apoio que encontram, quando encontram, é dos pais. Então a sugestão que dou a V. Exa. é que se preocupe com os meninos que enfrentam as peneiras do futebol para que tenham um acompanhamento psicológico, porque o trauma que muitos deles sofrem quando não passam é muito grande. Parabéns a V. Exa. Desejo que Deus abençoe V. Exa., sua família e seu trabalho. Muito obrigado.

O Deputado Marques Abreu - Obrigado, Deputado Carlos Henrique.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Deputado Marques, esta é uma Casa plural, em que temos representantes do segmento agropecuário, da área da saúde, professores, funcionários públicos, empresários, etc. V. Exa. chega a esta Casa respaldado pela história que construiu tão bem, com garra, qualidade e, acima de tudo, humildade. Então V. Exa. chega a esta Casa para ocupar um espaço digno da trajetória e da carreira que construiu como atleta de futebol.

Sou da cidade de Campo Belo, que fica bem perto de Santana do Jacaré, e aquela gente humilde diz, com alegria, que o Marques também tem um pezinho naquela cidade, naquela nossa região. Quantas vezes os colegas da equipe de esportes da Rádio Clube de Campo Belo se reúnem, e já se reuniram, para louvar o nome do companheiro, pela marca deixada nos campos. Meu aparte é tão somente para dizer, nesta primeira interpelação que faço a V. Exa., que tenho certeza de que V. Exa. deixará, nos trabalhos nesta Casa, a mesma marca que deixou no esporte, contribuindo para o engrandecimento do Parlamento mineiro. Que V. Exa. tenha aqui plena felicidade, como teve no esporte. Seja bem-vindo, Deputado.

O Deputado Marques Abreu - Obrigado, Deputado Bechir. Concedo aparte ao Deputado João Vítor Xavier, companheiro de tantas jornadas no Mineirão. Fique à vontade, meu amigo.

O Deputado João Vítor Xavier (em aparte)* - Obrigado, Marques. Quero dar um testemunho, porque convivi com o Marques por mais de 10 anos. Para ser exato, por 11 anos, porque comecei minha carreira na Rádio Itatiaia em 2000, quando Marques Abreu era jogador do Atlético. Acompanhei toda a sua carreira e perdi a conta das vezes em que tive a oportunidade e o prazer de entrevistá-lo.

Posso dizer, portanto, que fico muito feliz em ver o Marques nesta Assembleia, porque ele sempre foi um cidadão de bem, sempre foi um bom exemplo. Os técnicos, quando chegavam aos clubes - no Atlético, particularmente -, diziam que o Marques era um líder positivo. Dentro do Atlético, o Marques sempre foi o jogador que aconselhava a garotada; que colocava no lugar aquele mais indisciplinado ou que estava com algum problema de disciplina em campo, dando o exemplo de uma boa pessoa. No futebol, muitas pessoas se aproveitaram da fama, do dinheiro, da popularidade e do prestígio que conseguiram com o esporte para dar maus exemplos. Cansamos de ver casos assim na mídia. Mas nunca tivemos notícia de qualquer envolvimento do Marques com bebedeira ou com problemas alheios ao campo ou à família. Ele sempre foi um homem de bem e é um Deputado de bem, que vai fazer muito pelo Estado de Minas Gerais. Fico muito feliz que a nossa parceria como repórter e jogador continue nesta Assembleia, agora como colegas. Parabéns e muito sucesso, Marques.

O Deputado Marques Abreu - Obrigado, João.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Serei bastante breve, Deputado Marques. Ontem ouvi uma entrevista sua e do Guilherme no programa do nosso colega João Vítor, que, ao final, disse que essa foi uma das maiores duplas que já tivemos no futebol mineiro. Espero poder fazer com V. Exa. também uma excepcional dupla nesta Assembleia Legislativa. Se não tive competência para estar dentro das quatro linhas, quem sabe aqui, dentro do Parlamento, isso seja possível. Espero que, daqui a 10 ou 15 anos, quando o João Vítor estiver entrevistando-o a respeito de política, você possa dizer que teve o Guilherme como companheiro dentro das quatro linhas e, fora delas, o Gustavo Valadares. Esse é o meu sonho.

Deputado Marques Abreu, gostaria apenas de lhe dizer que, por inúmeras vezes, tive oportunidade de aplaudi-lo pela forma mágica como conduziu o futebol, pelo ser humano que é e pelo jeito humilde com que sempre se portou. V. Exa. tem sensibilidade e bom-senso, pré-requisitos para desempenhar aqui um bom papel. Foi eleito com uma votação consagradora, por isso tenho certeza de que cumprirá bem o seu papel. Desejo-lhe muito sucesso. Conte comigo.

O Deputado Marques Abreu - Muito obrigado, Deputado Gustavo Valadares.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Deputado Marques Abreu, apenas gostaria de manifestar a V. Exa. minha admiração pela sua pessoa e a minha satisfação por tê-lo convivendo conosco nesta Casa. V. Exa. foi um atleta exemplar e marcou sua passagem pelo futebol não só pela sua categoria e condição de grande futebolista, mas também pela sua perseverança, dedicação e maneira de agir como atleta. Um verdadeiro exemplo para nossa juventude.

Nesta Casa, Sr. Presidente, o Deputado Marques Abreu também já se mostra com as suas reais qualidades. Ele fica aqui assentado em sua cadeira, observando. Ele é um Deputado arguto, observador e humilde, por isso tenho a certeza de que vai brilhar nesta Casa, como brilhou nos campos de futebol do Brasil e do mundo inteiro.

Parabéns! É um prazer tê-lo conosco, Deputado Marques Abreu.

O Deputado Marques Abreu - Agradeço aos nobres Deputados por fazerem mais tranquilo este meu primeiro, um dia mais leve. Há toda aquela tensão da primeira fala, da primeira vez. Foi assim também na minha estreia quando atleta profissional. A primeira vez



sempre é um pouco mais complicada, mas ressalto que vocês me ajudaram muito, me deixaram mais tranquilo para poder desenvolver bem aqui o que eu queria falar. Claro que não disse tudo que eu gostaria, mas sei que outras oportunidades virão.

Gostaria de lhes agradecer esse momento e de contar uma história que me inspirou muito nesta nova etapa da minha vida. Um garoto, como muitos outros que sonham em ser um jogador profissional, chegava em casa, todos os dias, e pegava a sua bola para jogar em um campinho próximo de sua casa. Ele fazia isso corriqueiramente. Todos os dias, almoçava e depois ia para o campinho jogar. No entanto, numa fatídica tarde de domingo, ele levou uma bolada muito forte no rosto, que acabou deixando-o completamente cego. Surpreendentemente esse garoto nos dá um exemplo de superação das adversidades da vida com o pensamento do bem, de não ficar choramingando, mas sim de ir à luta e mostrar que na vida podemos correr atrás de outros sonhos. O nome desse garoto é Andrea Bocelli, uma grande inspiração para esse meu novo momento da vida. Acredito que a vida é feita de muitos exemplos, e esse nos mostrou que nunca é tarde para se começar algo novo, uma etapa nova. Então, gostaria de deixar essa mensagem para todos vocês.

O Deputado Ulysses Gomes (em aparte)* - Saiba, Marques, que eu não poderia deixar de compartilhar aqui a minha satisfação em tê-lo conhecido. Aliás, estamos dividindo o 22º andar do anexo, e isso é uma alegria para mim, pois pude conhecê-lo mais de perto.

Apesar de cada um ter contado sua história, eu não tenho uma longa história para contar. Apenas quero registrar quanto admirei sua carreira. Aliás, acompanhei os vários times por onde V. Exa. passou, começando pelo Corinthians. V. Exa. veio próximo da minha região, do Sul de Minas, portanto tive oportunidade de acompanhá-lo. Vamos percebendo o seu perfil nas entrevistas, no seu jeito simples de ser. V. Exa. foi um profissional de sucesso e teve todas as oportunidades para que esse sucesso lhe subisse à cabeça - como alguns dizem -, mas não foi isso que ocorreu. V. Exa. teve sensatez, sempre discreto e simples. Esse foi o Marques que conheci nestes dois meses, trabalhando ao seu lado, correndo aqui dentro da Assembleia.

Gostaria apenas de partilhar minha grata satisfação de ter conhecido a pessoa do Marques. Tenho a certeza de que Minas Gerais ganhou muito não só pelo atleta que foi, mas pela pessoa e grande Deputado que, com certeza, será nesta Casa.

Também muito me honra a oportunidade de ser parceiro nesse projeto de todos os Deputados e de fazer parte desta equipe, deste time de Deputados que se preocupam com o mais importante interesse dos mineiros: defender a vida e o bem comum da população de Minas Gerais. Sei que é isso que V. Exa. tem interesse de defender. Muito prazer em conhecê-lo. Tenho muita satisfação em trabalhar ao seu lado e desejo-lhe muito sucesso. V. Exa., com certeza, muito abrihantará esta Casa.

O Deputado Marques Abreu - Obrigado, Deputado Ulysses Gomes.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Hoje é dia de festa para nós. V. Exa. está debutando hoje no Plenário desta Assembleia Legislativa, nesta tradição extraordinária que é para Minas Gerais. V. Exa., com certeza, veio com seu coração feliz, com a sua honra, sem dúvida alguma, envaidecida pela sua alegria, pelo seu nome, pela sua trajetória, durante toda a sua vida esportiva e também como cidadão. Então, ratificando a palavra de todos os colegas, Deputadas e Deputados, quero também desejar a V. Exa. o mesmo sucesso que teve na sua vida esportiva. V. Exa., com certeza, enriquecerá o Parlamento mineiro. Que Deus lhe abençoe nessa sua nova etapa e conserve-lhe muito tempo ao lado da sua família! Tenha a certeza de que esse é o seu time, o time com o qual V. Exa. sempre poderá contar. Felicidades.

O Deputado Marques Abreu - Obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Agradeço aos Deputados e às Deputadas presentes. Realmente foi uma experiência única estar aqui hoje, debutando, como disse o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Não disse tudo que gostaria, mas haverá outras oportunidades. Agradeço a todos. Obrigado. Boa-tarde.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria Tereza Lara* - Nossos cumprimentos ao Deputado Doutor Viana, Presidente desta reunião, e à minha amiga Deputada Liza Prado, que representa a bancada feminina na Mesa. Também cumprimento as Deputadas e os Deputados desta Casa, o funcionário da Fhemig, os companheiros da Asthemg e o nosso Líder, Deputado Rogério Correia, que já está aguardando para falar. Passo a palavra ao Deputado Rogério Correia, para que faça suas considerações. Depois farei o meu pronunciamento.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Obrigado, Deputada Maria Tereza Lara, pela deferência. Na verdade, solicitei à Deputada que pudéssemos fazer, em nome do Bloco, uma saudação aos trabalhadores da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig - presentes na Assembleia Legislativa. Hoje eles estão em greve. Gostaria de, em nome do Bloco Minas sem Censura, fazer uma saudação a todos os servidores presentes, que são de várias cidades do interior de Minas e também dos hospitais de Belo Horizonte, incluindo o nosso querido Hospital João XXIII e o Kubitschek. É um prazer estar aqui com vocês.

Deputada Maria Tereza Lara, eles estão aqui e hoje também estão em greve, com disse. Fomos recebidos pelo Presidente Dinis Pinheiro, na companhia do Deputado Bonifácio Mourão. Agradeço a ambos, pois estão buscando abrir um canal de negociação com o governo do Estado. A greve dos trabalhadores é no dia de hoje, e eles estão avaliando se permanecerão em greve por tempo indeterminado, dependendo das negociações que forem feitas com o governo. Mas o ponto fundamental da greve é exatamente a ausência de negociação. Estamos temerosos de que o dia acabe e as negociações não avancem. Mas, assim como o Deputado Dinis Pinheiro nos recebeu, ele também conseguiu que uma comissão fosse recebida agora, às 15 horas, na Secretaria de Planejamento, na Cidade Administrativa. Uma assessora da Secretária irá recebê-los, pelo menos para ver qual é a pauta de reivindicação, mas já quero solicitar à base do governo que nos ajude a convencer o Executivo a atender também a essas reivindicações.

Rapidamente gostaria de dizer que são 4 mil funcionários contratados na Fhemig, e o prazo de contrato deles está terminando. Só foram chamados 600 concursados, e eles estimam que apenas 300 estejam trabalhando. Então há um déficit muito grande, e é preciso resolver o problema dos que estão trabalhando e não abrir uma lacuna para que os hospitais e toda a rede hospitalar fiquem ainda mais debilitados. Então essa é a pauta de reivindicação deles. Além disso, a lei que os acolheu, que permitiu que eles permanecessem lá, foi aprovada na Assembleia. A Fhemig quer cumprir essa parte, pois não cumpriu outros quesitos, que seriam as vantagens que eles teriam durante esse tempo. Então estamos reivindicando que eles sejam tratados com justiça.

Sejam bem-vindos. Eles aguardarão a comissão voltar da Cidade Administrativa. Gostaria de pedir tanto à Mesa da Assembleia quanto aos Deputados da base do governo e da Oposição que fossem solidários a vocês, fazendo força para que o governo, de fato, converse e negocie, algo não foi feito até agora. Muito obrigado pela presença. Obrigado, Deputada.



A Deputada Maria Tereza Lara* - Deputado Rogério Correia, Líder do nosso Bloco Minas sem Censura, sua fala representa a fala do Bloco. Conforme ele disse, de maneira certamente sábia, há ações muito importantes que ultrapassam as questões partidárias. Então é preciso que haja união, e isso foi buscado por ele. O Presidente da Casa já recebeu os representantes dos funcionários da Fhemig e o sindicato para somar forças. A saúde é política pública das mais importantes, pois salva e oferece qualidade de vida. Deixo para vocês um abraço fraterno. As suas reivindicações são muito importantes não somente para vocês - o que é justo e legítimo -, mas também para toda a população, que precisa de uma saúde de qualidade.

Sabemos que o SUS é um dos melhores projetos em nível mundial, mas ainda é uma das grandes dificuldades que temos. Na prática, ele ainda está muito aquém daquilo que precisamos para bem atender à população. De fato, precisamos unir esforços. Este é o papel da Oposição: reivindicar e cobrar para que as coisas aconteçam. Assim como o papel do governo é ouvir as reivindicações e a elas atender. Também sou funcionária pública, professora aposentada. Trabalhei em escola pública por 25 anos e sei bem a importância que as políticas públicas têm, como as referentes à educação e à saúde, entre outras.

Gostaria de aproveitar este momento para falar de um assunto que parece não ter a ver com o de que estamos tratando, mas tem. O Núcleo de Estudos Sociopolíticos da PUC Minas - Nesp -, juntamente com o vicariato, convida todos nós, Deputadas e Deputados, para uma reunião: a Ação Social e Política da Arquidiocese de Belo Horizonte. Já foi conversado com os representantes e com a assessoria da Casa para que ela seja feita no Plenarinho IV, na próxima quarta-feira, dia 30, às 17 horas. Não pode ser antes. Não temos espaço antes desse horário, pois é um dia em que muitas Comissões se reúnem. O convite é para todas as Deputadas e Deputados, principalmente aqueles que têm um vínculo maior com as igrejas, pois se trata de uma ação da Arquidiocese de Belo Horizonte. Entretanto, não é exclusivo a estes, é para todos os 77 Deputados que desejarem participar. Será discutido esse projeto, e já falamos com alguns Deputados sobre a importância da nossa participação. O convite não é meu, é do Nesp e do vicariato, mas estou tendo a oportunidade de explicitá-lo da tribuna. Reafirmo o convite, pois querem discutir e rediscutir o projeto do Nesp e do vicariato, que já está acontecendo. Uma equipe do Nesp já acompanha as ações da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Eles querem estreitar esses laços e valorizar os parlamentares, mas cobrando uma coerência entre o que falamos e fazemos. Principalmente nós, cristãos católicos, evangélicos, mas também os não cristãos que quiserem participar do projeto. É muito preciosa a liberdade religiosa, e não podemos discriminar ninguém, não só porque assim diz a Constituição Federal, mas porque devemos ter princípios. As pessoas são livres e assim devemos acolhê-las. Repassaremos o convite por "e-mail", pois seremos insistentes para que as portas desta Casa estejam abertas à participação popular, como já estão.

O Deputado João Vítor Xavier (em aparte)* - Agradeço a V. Exa. o convite feito em outra ocasião e coloco-me à disposição. Esse movimento é muito importante, pois participei de algumas reuniões do projeto Com Fé na Política, por meio do qual pessoas simples e comuns, que não têm oportunidade de participar do dia a dia partidário, podem dar sua opinião e contribuição à sociedade. Muitas pessoas que não podem sair do trabalho, durante as atividades religiosas nas paróquias têm essa grande oportunidade do debate político e da contribuição social. Destaco a importância dessa reunião e reforço o convite. Os Deputados que participarem serão engrandecidos, pois se trata de uma porta democrática. Todo cidadão, independentemente de ser católico, pode participar, a porta está aberta, e a discussão tem sido levada para dentro das igrejas e das comunidades. Não adianta apenas o cidadão reclamar da política e dos políticos, se ele não se conscientizar de que é peça preponderante para as decisões dos rumos do País. É o cidadão que coloca cada um de nós aqui e, desde que de maneira adequada, quanto mais se politizar e entender o cenário político, mais poderá colaborar para que o Parlamento e o Executivo melhorem.

Cumprimento todos os funcionários presentes. Todos os parlamentares da base do governo estão à disposição, como nosso Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, interlocutor maior dos funcionários aqui presentes com o governo do Estado. Parabéns a V. Exa! Obrigado.

A Deputada Maria Tereza Lara* - Obrigada. Como V. Exa. bem disse, trata-se de um projeto suprapartidário, todos e todas desta Casa estão convidados a agir para que esse projeto cresça cada vez mais.

Hoje temos no País a democracia representativa. A história já provou que, apesar de suas limitações, a democracia é o sistema de governo que tem permitido melhor qualidade de vida à sociedade, maior respeito ao ser humano, à sua dignidade e às conquistas dos seus direitos. Nossa democracia representativa tem avançado, mas precisa avançar muito mais para uma democracia participativa e direta. Deverá continuar representativa, mas não podemos, após eleitos, tomar decisões sozinhos, precisamos ouvir quem nos elegeu. Esses movimentos da sociedade organizada possibilitam que a população e os segmentos se manifestem e nos orientem em nossas decisões. Portanto, esse projeto tem o papel de aproximar a sociedade daqueles que ela elegeu. Além disso, nesta Casa, por meio das comissões temáticas, como a de Participação Popular, há um grande avanço em relação a essa questão. Aliás, a Comissão de Participação Popular é referência nacional. Então, é muito justo e legítimo que ampliemos também nesta Casa o projeto do Nesp. Interessante é que ainda há rejeição muito grande à política por parte da população, da sociedade, principalmente entre nós, cristãos e cristãs, católicos, evangélicos e de outras crenças. Assim, temos de aprofundar esse debate. A fé tem tudo a ver com a política, porque, como disse Paulo VI, política é a maneira privilegiada de fazer caridade. Pela política garantimos direitos, não precisamos distribuir cestas básicas, simplesmente doar, porque, por meio da política, as pessoas terão direito a educação de qualidade, a profissionalização, a cursos técnicos, empregos e salários dignos. Dessa forma, política é a maneira privilegiada de garantir direitos.

Chiara Lubich disse que "política é o amor dos amores". Isso parece um contrassenso diante da mentalidade atual de nossa sociedade. Como podem dizer que a política é suja, é corrupção, se é "o amor dos amores"? A verdadeira política, com pê maiúsculo, é isso, porque ela propicia qualidade de vida, garante salários dignos e direito à vida, à saúde, à habitação, à cultura e ao lazer.

Queremos também dizer que a política é o instrumento privilegiado de transformação social, porque, por meio dela, podemos transformar a sociedade, propiciar igualdade e melhores condições de vida. Então, gostaria de renovar o convite para, na próxima quarta-feira, 30 de março, às 17 horas, no Plenarinho IV, discutirmos com a equipe do Nesp, da PUC e da Arquidiocese de Belo Horizonte o projeto do Nesp, Com Fé na Política, a fim de darmos à política, na prática, o seu verdadeiro significado, política com pê maiúsculo, política como ciência do bem comum. Sabemos que, se não todos, a grande maioria faz isso, mas, infelizmente, há uma



generalização da sociedade que pensa que todo político é corrupto, desonesto. Sofremos demais isso na pele, e isso não é justo. Temos de ter coragem para dizer que política é o amor dos amores, que política, com pê maiúsculo, é um instrumento de transformação social. Às vezes apanhamos tanto, que abaixamos a cabeça, mas não podemos permitir isso. Temos de ter coragem de, unidos, reafirmar o verdadeiro papel da política e dizer que há realmente políticos, aliás, a grande maioria, que são pessoas comprometidas. Obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Lamac - Sr. Presidente, caros Deputados e Deputadas, boa-tarde. Gostaria de saudar os nossos convidados, as pessoas que nos acompanham das galerias e todos os que nos assistem pela TV Assembleia. Venho aqui hoje, Sr. Presidente, bastante inspirado pela discussão que tivemos há pouco sobre os radares, na Comissão de Defesa do Consumidor. Essa é uma temática que vem sendo debatida nesta Casa de maneira recorrente. Aliás, houve uma proposta de instalação de CPI, a qual assinamos. Entendemos que questões que suscitam dúvidas, como as que foram exibidas pela reportagem, em cadeia nacional, no “Fantástico”, devam ser apuradas com rigor e seriedade. Vários colegas entenderam que não era necessário, não era cabível levar a efeito tais investigações. Estamos empenhados em fazer o debate, em discutir essa questão.

Hoje estivemos com vários Deputados em uma audiência pública bastante concorrida e muito bem conduzida pelo Deputado Délio Malheiros, proponente dessa CPI.

Esperamos que ele obtenha sucesso na instalação de sua comissão parlamentar de inquérito, de cuja relevância não temos dúvidas.

Quanto à situação dos radares, o que me traz a esta tribuna, para esta discussão, não é a questão prática das denúncias apresentadas pelo “Fantástico”, nem mesmo o fato de empresas estarem atuando em nosso Estado. Falou-se, na própria audiência pública, da existência de algumas dessas empresas no consórcio que está prestando serviço ao DER. O que me traz aqui, para ser discutido, realmente não é isso, mas a questão das multas aplicadas pelos radares.

É muito fácil cairmos na tentação, Sr. Presidente, de dizermos: “Isso é um absurdo! Pessoas estão sendo penalizadas, estão sendo sangradas no seu bolso pelos radares”. É muito fácil cairmos na tentação do discurso da indústria da multa; todavia, se analisarmos especialmente os dados de nossa Capital, perceberemos que Belo Horizonte multa 10 vezes menos que São Paulo, segundo dados da BHTRANS confrontados com os de São Paulo. Naturalmente, a nossa frota não é 10 vezes menor que a de São Paulo. Temos vários outros indicativos que demonstram que em nosso Município há um volume de multas que não justifica o argumento da indústria da multa, especialmente se avaliarmos, ano a ano, a redução que existe de multas de trânsito em nossa Capital.

Digo isso para deixar claro que a educação para o trânsito e a conscientização dos motoristas é um elemento importante, importantíssimo, e que, no limite, pode justificar a retirada dos radares. Entretanto, enquanto isso não acontece, parece-me muito falaciosa a defesa do infrator. Não consigo compreender bem isso. Como motorista que sou - tenho carteira há muito tempo -, já fui multado por radares, mas, todas as vezes em que fui multado, disse: “Não queria ter sido multado, mas, se fui multado, é porque passei da velocidade”. Dirijo bastante e sei exatamente quando devo ou não devo ser multado.

Parece-me uma impropriedade fazermos o discurso da indústria da multa aplicada a uma realidade em que não existe arrecadação excessiva, razão pela qual precisamos fazer essa análise. Quando existe arrecadação excessiva, evidentemente isso tem de ser ponderado. O problema do trânsito é real em nossa estruturação urbana. As nossas vias não aumentaram, exceto com intervenções bastante onerosas na nossa Capital, assim como ocorre em outros lugares. Duplicações de vias são bastante caras e acabam nos obrigando a uma redução de velocidade. Entendo que quem ultrapassa a velocidade, como qualquer um que comete um ilícito, tem de responder por isso.

Gostaria de trazer aqui uma discussão. Muitas vezes as pessoas se entusiasma e dizem de maneira apaixonada: “É um absurdo! São centenas de milhares de pessoas multadas”. São centenas de milhares de pessoas que colocam em risco outras pessoas em uma cidade que possui estrutura complexa. Esse é o caso da nossa cidade e do nosso Estado. Na minha concepção, tais pessoas têm de arcar com o custo, que não deveria ser tão somente pecuniário.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Quero parabenizá-lo pelo tema, Deputado Paulo Lamac, Vice-Líder do Bloco Minas sem Censura. Concordo com V. Exa., quando diz que devemos medir as leis de trânsito. Precisamos ter cuidado e respeito para com elas, até porque são elaboradas por nós, políticos. Se não dermos exemplo de respeito às leis de trânsito, as coisas piorarão ainda mais. Esse é um fato que tem de ser ponderado.

Eu gostaria de abordar um tema específico que V. Exa. citou: a questão da CPI. Foi requerida aqui uma CPI - dizem que havia 38 assinaturas; eu mesmo assinei -, porque, segundo o Deputado Délio Malheiros, haveria uma máfia dos radares. Se há máfia dos radares, temos de investigar. Havia 38 assinaturas, e não sei o que aconteceu com essa CPI.

Outro dia o Deputado Sávio Souza Cruz até cantou ao microfone ao dizer que está parecendo aquela música: “Escravos de Jó, tira, põe”. E a CPI não pode virar musiquinha do “tira-põe, escravos de Jó”.

O Deputado Paulo Lamac - Quem é o Jó?

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Quem será que está tirando essa CPI? Quem tirou a assinatura? Há ou não há a CPI? Queria uma informação da Mesa sobre o real quadro da CPI.

A minha preocupação é que, em oito anos de governo Aécio Neves, ele impediu qualquer CPI. CPI na Assembleia Legislativa, no governo tucano, é proibida, é censurada. Nosso bloco se chamar Minas sem Censura não é à toa. A CPI é censurada.

Estamos aqui hoje com os funcionários da saúde, e eu lhes dizia que, mais uma vez, ano passado, em vez de 12% de investimento na saúde, que é o que manda a Constituição do Estado, investiram-se apenas 8%. O Ministério Público está com uma ação contra o ex-Governador Aécio Neves pedindo que se recolham aos cofres públicos R\$4.300.000.000,00 que não foram investidos na saúde e foram desviados para outras finalidades. Para isso cabe uma CPI, e nós, do bloco, estamos pensando em solicitá-la. Gostaria de apoio e que ela fosse instalada, que CPI não fosse jogo de brinquedo. CPI é coisa séria, para investigação. Fico muito preocupado ao ver Deputado fazer “auê” com relação à CPI e depois nem cobrá-la, e não sabermos o que aconteceu com ela. Queria chamar atenção também para esse detalhe que V. Exa. apresentou.



O Deputado Paulo Lamac - Muito obrigado, Líder Deputado Rogério Correia. Fico muito lisonjeado.

O Deputado Duílio de Castro (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Paulo Lamac. Só a título de esclarecimento, na verdade o pedido de criação da CPI não é do Deputado Délio Malheiros, mas da Comissão. É lógico que, independentemente de ser CPI, de quem assinou ou não e de qual é o caminho para a apuração, o importante para nós é começarmos esse debate, como a audiência pública que houve mais cedo. V. Exa. apresenta muito bem esse assunto à Casa, que tem de ser bem esclarecido, e cabe a esta Casa e a nós, representantes do povo mineiro, saber até onde são verdadeiras as denúncias que apareceram no “Fantástico”. Se forem, é lógico que esta Casa tem de contribuir para que as pessoas que assim praticaram sejam penalizadas. A Comissão de Defesa do Consumidor, da qual fazemos parte eu, a Deputada Liza Prado e os Deputados Carlos Henrique e Délio Malheiros, fizemos algumas diligências em Belo Horizonte e estamos procurando esclarecer esses pontos em que há muita dúvida. É impossível sabermos se essas multas estão sendo usadas para arrecadação. A Comissão espera que as multas não tenham esse intuito, até porque todas as deliberações e resoluções do Contran têm objetivo de educar. V. Exa. diz muito bem que é preciso educar, mas, até que se eduque, é preciso multar. É importante dizer que a Comissão não é contra os radares. Somos contra - e penso que todos os Deputados desta Casa são - o modo como está sendo feito, se forem usados como armadilhas para multar e arrecadar. Estivemos em diligência em alguns pontos da cidade.

O Diretor-Presidente da BHTRANS, Dr. Ramon, esteve aqui hoje tentando convencer-nos de que um pardal ou um radar atrás de uma árvore vai educar mais os condutores.

Então, precisamos dos redutores, precisamos que sejam colocados para diminuir a velocidade. Pode ser por meio de lombadas eletrônicas, de placas de sinalização, mas o importante para nós é que essas reduções venham a acontecer e que diminuam o número de acidentes. Isso é que é primordial para nós cidadãos e para os órgãos públicos.

Então, a Comissão atuará no sentido de apurar se alguns desses radares estão lesando o contribuinte; é nossa função como membro da Comissão de Defesa do Consumidor. Muito obrigado, pelo aparte, Deputado Paulo Lamac. Tenho certeza de que V. Exa. está nesta Casa com o intuito de ajudar e contribuir para apurar esses fatos que foram levados ao povo brasileiro por meio do “Fantástico”.

O Deputado Paulo Lamac - Obrigado, Deputado Duílio de Castro. Acho que temos sempre de resgatar a verdadeira motivação que nos traz a todos aqui; há de se motivar a iniciativa de todo parlamentar e de toda pessoa que está na vida pública. O sentido - fim da nossa estada tem de ser a busca de uma sociedade justa. Que as pessoas possam ter uma vida boa e instituições justas, que é, em última análise, a melhor definição de ética na relação entre as pessoas. O que buscamos e temos de buscar é uma boa condição de vida para todos. Isso implica o trânsito e discutir a organização da nossa sociedade. Temos de ter esse compromisso com a vida. Quando buscamos estruturar o trânsito, dizendo que temos de ter um radar, um medidor, uma lombada eletrônica, o compromisso primordial tem de ser com a vida. Da mesma forma que nos deixa espantados essa dificuldade de instalação de CPIs, de mecanismos que são contemplados no nosso Regimento Interno, na nossa Constituição Estadual, deixa-me chocado também a informação do não investimento do percentual devido na nossa área de saúde. Nós que somos da área da educação sabemos da importância que é o investimento adequado na saúde.

Então, Líder Deputado Rogério Correia, quero somar-me aos esforços que o nosso Bloco e V. Exa. em especial, como nosso Líder, vêm travando para que possamos ter condições de fazer um debate amplo, sem censura, para podermos, realmente, aprofundar e entender por que esses recursos que deveriam ser investidos não estão sendo na proporção que a legislação federal determina, que mecanismos estão sendo utilizados para escamotear as prestações de contas. Então, queremos aprofundar nessa discussão.

O que nos motiva a debater todos os temas tem de ser esse compromisso com a vida, com a perspectiva de uma melhor condição para todos. Acredito, e não tenho a menor dúvida, de que as instituições foram organizadas com esse objetivo. Temos de sempre buscar lá atrás, a partir do momento em que as pessoas começaram a se estruturar como sociedade. As instituições têm de ser justas, têm de privilegiar a liberdade, a condição de vida dos seres humanos. Nós, como democratas, como parlamentares eleitos pelo voto da população, temos de trabalhar justamente no sentido de fazer com que o cidadão do nosso Estado tenha acesso à saúde, à educação, tenha segurança no trânsito e tenha a certeza de que o Estado investe adequadamente os recursos como é determinado pela legislação federal. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, trabalhadores da saúde, aos quais cumprimento nas pessoas da Mônica, do Carlinho e da Vanessa.

Trago aqui, inicialmente, Deputado Doutor Viana, o registro da perda do nosso conterrâneo, Deputado Dalton Canabrava. Eu até, sabendo que V. Exa. pretendia hoje fazer um pronunciamento em homenagem à memória do Deputado Dalton, tentei abrir mão desse período para que V. Exa. usasse o tempo, mas V. Exa. mesmo alertou-me para o fato de que, regimentalmente, isso não era possível. Tenho certeza de que na próxima semana estará aqui fazendo esse pronunciamento para ficar nos anais da história.

Ainda hoje falarão sobre isso pelo art. 70, pois é fundamental que registrem a homenagem da Assembleia de Minas ao seu ex-Presidente, Deputado Dalton Canabrava, ilustre curvelano que perdemos ontem.

Alguns assuntos me trazem aqui hoje. Primeiro, a enorme satisfação de ver presentes nesta Casa os trabalhadores da saúde. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, tenho insistido em dizer que vivemos em Minas uma situação de esquizofrenia política: a convivência de dois Estados, de duas Minas díspares, diferentes, que nem sequer dialogam entre si. Temos a Minas da mídia, que mostra nosso Estado como uma espécie de paraíso, onde não existem problemas, onde tudo vai bem e onde o choque de gestão conseguiu resultados fantásticos em todos os setores; e a Minas real, onde a saúde claudica, onde os trabalhadores não têm o mínimo de condições de sobrevivência, onde a educação recentemente saiu de uma greve de 50 dias, onde os níveis de segurança caem e os mineiros não têm condições de deixar seus filhos estudarem à noite, pois não sabem se eles conseguirão voltar vivos para casa. Essa esquizofrenia política tem como principais testemunhas os servidores públicos estaduais, que vivem e trabalham na Minas real, na Minas da carência, na Minas do arrocho salarial, na Minas da inexistência de serviços públicos de qualidade, mas veem na televisão a Minas paradisíaca, a Minas da mídia sendo alimentada pelas polpudas verbas da publicidade oficial. Essa publicidade em demasia tem



dado origem, em Minas Gerais, à prática da mais dramática censura da nossa história, muito mais eficaz que a dos canhões do tempo da ditadura. As verbas publicitárias, como estão sendo usadas, não vêm comprando o silêncio da mídia, como faziam os canhões, mas compram a adesão a um projeto de “marketing” político, um projeto que transformou todos nós, que relegou os mineiros a meros coadjuvantes de uma campanha de dupla personalidade, de uma campanha extemporânea e permanente do Sr. Aécio Neves.

É isso que vivemos em Minas Gerais. Reproduzimos em Minas Gerais, neste Estado inconfidente, que a história transformou em guardião perpétuo da alma cívica da Nação, os ares menos aprazíveis da Bahia. Gestamos aqui o “Aecinho malvadeza”, onde está tudo dominado; a imprensa silenciada, comprada pela publicidade; o Judiciário que não sentencia contra o governo; o Ministério Público que não denuncia. Esta Casa nem sequer pode discutir os assuntos sem ser cerceada, sem ser tutelada, a ponto de eu haver sugerido a troca do seu nome, por meio de emenda à Constituição, de Assembleia Legislativa para Assembleia “Homologativa” do Estado de Minas Gerais, já que o que ela faz é apenas homologar as vontades do poderoso de plantão. É esse o estado de coisas: a quadra da vida pública mineira é a mais dramática.

Em nenhum período da história desta Casa centenária se fez menos CPIs que durante os dois governos de Aécio. Nem no regime militar essa tutela foi tão profunda. Nenhuma outra Casa Legislativa brasileira instalou tão poucas CPIs como esta. Vivemos, apenas nesta semana, várias situações, e é bom que os trabalhadores saibam disso. Chegou aqui um pedido de suplementação orçamentária de cerca de R\$40.000.000,00 ou R\$50.000.000,00 - não me lembro bem -, ainda no segundo mês para a publicidade oficial, para calar os jornais, para que a voz dos senhores não pudesse ser ouvida. Ao mesmo tempo, requerimento de minha autoria e do Deputado Antônio Júlio solicitou acesso ao processo por meio do qual o prédio do Ipsemg está sendo doado ao amigo do ex-Governador Aécio Neves para fazer um hotel de luxo, mas ele foi rejeitado, porque esta Casa, no entendimento da base, não pode sequer ter acesso ao referido processo, para verificar como essa doação está sendo feita. Além disso, tivemos o caso mencionado da CPI, que, com 38 assinaturas, teve a interferência do governo para retirar, se não me engano, 16 assinaturas, porque em Minas Gerais é proibido investigar e estabelecer o contraditório. Precisamos ser boizinhos de presépio para dizer “amém” ao poderoso que se apresenta como o salvador do País depois de ter salvado Minas.

Deputado Rogério Correia, essa é a situação. A lei faculta. Estivemos no Ipsemg para ver o tal processo. Pasmem os senhores! O processo que resultou na cessão do prédio do Ipsemg ao Grupo Fasano para construir um hotel de luxo não se iniciou nesse Instituto, mas sim num tal de MDC, que é um instituto que paga uma mesada para os Secretários de Estado - aliás, onde houve escândalo de um saque de R\$800.000,00 durante o período eleitoral.

Então, começou lá. Surgiram com uma avaliação aproximadamente de R\$22.000.000,00. Sabendo que isso vinha ocorrendo, um perito técnico, funcionário efetivo do próprio Ipsemg, fez anexar ao processo uma avaliação que ele mesmo fez numa perícia. Na verdade, avaliou em R\$56.000.000,00. O que fez o governo? Preferiu a de R\$22.000.000,00 e ainda exigiu que se fizesse a cessão por meio de um convênio e de uma parceria em que houvesse um grupo hoteleiro e uma consultora de imóveis. Só restou o grupo, e todos, de antemão, sabiam a quem estava se dirigindo esse generoso presente para construir um hotel de luxo: para os amigos do Senador, a fim de fazerem as suas comemorações na Praça da Liberdade - e isso em detrimento do povo de Minas.

Continuaremos calados? Continuará a censura em Minas Gerais? Nos sete primeiros anos, enquanto gastaram R\$1.400.000.000,00 só em publicidade, sonegaram R\$4.000.000.000,00 da saúde. Isso leva os mineiros a uma situação de desespero no tocante à saúde e os servidores da saúde praticamente a um estado de petição de miséria.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Sávio Souza Cruz, muito bem. Em primeiro lugar, quero congratular-me com V. Exa. pela perspicácia como parlamentar atuante e principalmente pela sua coragem de levantar a voz contra o arbítrio em Minas Gerais. Na verdade, é um arbítrio. Aqueles que levantam a voz contra o ex-Governador - principalmente ele, porque o atual está a serviço do seu plano futuro - são sempre perseguidos, ameaçados e amaldiçoados. V. Exa. tem muita coragem, e o admiro por isso.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Obrigado.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - É impressionante como isso é tratado pelo governo, como deboche. Um hospital do Ipsemg se transformar em hotel de luxo. Além de sucatearem o Ipsemg, como o governo tem feito, querem liquidar com o Ipsemg. Isso é desprezo para com o servidor público, que é quem precisa desse Instituto e desse hospital, que vem do interior, e não tem onde ficar. Não bastasse sucatearem o Ipsemg, denúncia que temos feito há anos - aliás, é impressionante como o Ipsemg nas mãos dos tucanos vem sendo sucateado e vilipendiado -, querem transformá-lo em hotel de luxo de apaniguados e amigos do ex-Governador. Isso significa tratar a população com escárnio e deboche. Só pode fazer isso quem tem segurança do controle do Estado, da sua mídia, assim como de setores do Ministério Público, do Tribunal de Contas e do Tribunal de Justiça. Se fosse um Estado sério e não uma capitania hereditária, a reação das instituições já deveria ser grande.

Deputado Sávio Souza Cruz, o Bloco Minas sem Censura nasce para dar o grito de liberdade; aliás, o ar que não se respira de liberdade em Minas Gerais. O Minas sem Censura é para isso e tem incomodado muitos setores do governo. No entanto, com a voz do povo, saberemos fazer ver o que, de fato, é o governo e a quem ele serve. Parabéns! Vamos levar isso a fundo, para saber quem é e por que esse Fasano ganha esse hospital, por que transformá-lo em hotel de luxo, que tipo de lucro isso traz, quem vai frequentá-lo e como ele serve ao povo de Minas Gerais. Parabéns, Deputado Sávio Souza Cruz!

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Agradeço ao Deputado Rogério Correia e estendo os agradecimentos à Mesa, pela compreensão e pela cessão desses minutos a mais. Sua presença no Bloco foi fator de grande ânimo e nos reaviva a esperança de tempos melhores em Minas Gerais.

Quero registrar que estamos convidando os servidores e todos os mineiros a digitar no Google “censura em Minas”, ou “Aécio Neves”, ou “Andrea Neves”, para termos noção do que se vem tentando mostrar pelas redes sociais a respeito do estado de exceção que vivemos em Minas Gerais, com as instituições dominadas, o direito ao contraditório suprimido e a censura implantada neste Estado. Muito obrigado. Parabéns, Deputado Rogério Correia!

* - Sem revisão do orador.



O Deputado Rômulo Viegas* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários do governo do Estado, imprensa que nos acompanha, boa-tarde. Em primeiro lugar, quero dizer que fico muito feliz quando há aqui alguma citação bíblica. Hoje, citou-se Jó, um grande personagem bíblico, que foi um homem de fé; foi um homem testado, que passou por muitas tribulações e, ao final, foi glorificado. Foi glorificado pela permanência na fé, vencendo os obstáculos. Em segundo lugar, Sr. Presidente, tenho vários colegas engenheiros que foram da diretoria da Vale do Rio Doce - aliás, na minha igreja há dois pastores: o Magid e o Paulo Mazoni. Também ex-alunos que trabalham na respectiva empresa.

Sr. Presidente, venho aqui fazer um pronunciamento muito importante. Quero solidarizar-me com os componentes do meu partido lá no Congresso, que estão muito preocupados com os rumores estranhos de que o governo federal quer buscar maior controle sobre a Companhia Vale do Rio Doce. Pairem dúvidas perigosas no ar: será que o governo federal quer estatizar a maior empresa privada da América Latina? É um questionamento. Vejam só: há rumores de conversas entre dirigentes do Bradesco e o Ministro da Fazenda Guido Mantega para destituir do cargo o seu principal executivo, o Presidente Roger Agnelli. Não o conheço e nem entrarei no mérito da sua competência. É preciso - e isso nos preocupa muito - entender essa intervenção que pode culminar com a estatização da empresa, para que ela possa ser um corpo feudal da atual administração do governo federal. Isso, sim, é um dos mais indecorosos sinais de retrocesso da economia brasileira. Ora, os acionistas podem tirar o Presidente da Vale quando quiserem. O que assusta é a forma, o motivo e os objetivos da ação de degola, Sr. Presidente.

O governo federal é acionista através do BNDES e de fundos de pensão. O Ministro da Fazenda está pedindo a cabeça do principal executivo de uma empresa privada, isso é um absurdo. A Vale, meus amigos, tem estatuto, tem reuniões programadas dos seus acionistas e dos seus executivos, tem mandatos e planos a cumprir. Só que o governo federal, contando apenas com os votos do BNDES e dos fundos de pensão, não consegue o quórum de dois terços, necessário para interromper o mandato no meio e aprovar outra diretoria - sabe-se lá como. Por outro lado, o Bradesco tem percentual suficiente para essa ação, mas não vai contra o governo federal. Afinal, as instituições bancárias do País nunca tiveram tanto lucro quanto nos últimos anos. Surge, então, essa grande conversa entre dirigentes do Bradesco e o Ministro Mantega. Será que o governo federal está querendo capturar a Vale para a roda de nomeações políticas? No fundo é uma reestatização. O Estado petista está se expandindo para aparelhar a maior empresa privada do País e da América Latina. São dúvidas que pairam no ar. Se o governo tiver o comando, vai arrumar mais empregos para a turma da base aliada do governo federal, pois se percebe, caro Deputado Sebastião Costa, que os cargos acabaram, e a base aliada do PMDB e do PT está à procura de mais outros. Portanto, vamos estatizar para arrumar mais emprego para a turma da base aliada do PT e do PMDB.

Pois bem, preocupam-nos muito esses rumores, pois só a divulgação dessa intenção de interferência já dá sinais de prejuízo aos acionistas minoritários, uma vez que veem o valor de suas ações ser afetado negativamente. Caros Deputados Duarte Bechir e Fabiano Tolentino, alerto que não estamos mais na época da antiga União Soviética, em que as cartilhas de estatização funcionavam muito bem. Estamos no século XXI, quando a ciência, a tecnologia, o desenvolvimento e o relacionamento exigem, sim, uma participação grande da iniciativa privada para ajudar o fortalecimento da economia, para que as políticas públicas melhorem tanto em nível de governo federal, quanto em níveis estadual e municipal.

Falou-se aqui sobre os problemas sérios da saúde no Estado. Há também problemas sérios da saúde, um nível federal. Há problemas com nossas estradas e problemas da inserção de mais pessoas no grande programa assistencial do governo federal, o Bolsa-Família. Há necessidade de combater a miséria, principalmente com quem tem mais dinheiro.

Para todos os que me assistem, quero dizer que quem arrecada mais, quem tem maior bônus tributário, é o governo federal. Tenho dito isso aqui e sempre o farei. Na condição de ex-Prefeito, hoje tenho pena dos Prefeitos, que têm problemas nas suas portas, nas áreas da saúde, da educação, do transporte, da infraestrutura e segurança. E o governo federal que está aí, pelo que se diz, é a panaceia para todos os males, pois resolve todos os problemas, é o único que sabe tudo, é o único perfeito, é o único que entende. Todos os outros têm defeitos. Então esse governo federal devia ter a coragem de fazer uma melhor redistribuição, caro Deputado Carlin Moura, do Fundo de Participação dos Municípios, para que os Estados - e isso é efeito cascata - também repassem os recursos do ICMS para os Municípios. É o Prefeito, o gestor público municipal, quem tem o problema, e, dando-se mais recursos a ele, os problemas da saúde, da educação e da infraestrutura vão se solucionar. O governo federal cuidaria da política econômica, da política internacional, o Estado seria o ente de intermediação, e os Municípios ficariam fortes. Mas isso não ocorre só no momento atual do governo federal do PT, no nosso também.

Todas as vezes que se tem de reajustar o salário mínimo - e é muito pouco o reajuste do salário mínimo -, principalmente as Prefeituras menores ficam embaralhadas e com dificuldades de arcar com as despesas, descumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, um problema sério, um problema difícil. Então um governo federal que é a panaceia para todos os males, o único que sabe, o único que não tem defeitos, poderia ter a coragem de rever o pacto federativo, colocando mais recursos na mão de quem realmente gerencia, administra e faz as coisas acontecerem. Isso no local, no Município, onde estão, no dia a dia, o trabalhador da construção civil, as secretárias domésticas, onde as pessoas estão vivendo em sociedade para terem melhores condições de vida.

O Deputado Luiz Henrique (em aparte)* - Deputado Rômulo Viegas, é muito importante apartear-lo, pois V. Exa. está falando de um tema de grande importância não só para o Brasil, mas também para Minas Gerais. Tive a oportunidade de ter com o Presidente da Vale, o Sr. Roger Agnelli, que V. Exa. disse conhecer pouco, um convívio muito proveitoso para os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e para o Norte de Minas. Junto à ex-Secretária e ex-Deputada Elbe Brandão, enquanto Secretária, fomos ao Rio de Janeiro para estabelecer o que chamamos de Parceria Social Público-Privada. Iniciamos isso com a Vale, por meio do Sr. Roger Agnelli. O Luiz, da Fundação Vale, naquele período desembolsou R\$14.000.000,00 para a Estação Conhecimento, que está em construção em Diamantina e atenderá todo o Vale do Jequitinhonha. Na semana passada, também fiquei muito feliz em ver que essa parceria continua com o governo de Minas, quando o Sr. Roger chegou aqui e aportou R\$100.000.000,00 para a Secretaria de Educação, para o programa de educação profissional. É esse o homem que o Guido Mantega pediu que o Presidente do Bradesco retirasse, um homem



que promoveu um grande crescimento na Vale. Digo ao Guido Mantega: você está fazendo um bom trabalho, então deixe o homem trabalhar.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Rômulo Viegas. Quero saudar V. Exa., que ocupa essa tribuna, pela sua experiência de homem público como Secretário de Estado, como político, como cidadão, como empresário. V. Exa. traz nesta tarde uma reflexão chamativa a toda esta Casa, e tem razão quando traz a todos nós essa indagação. O que faremos diante dessa situação, criada, como se fosse uma nau sem rumo, pelo governo federal? Hoje V. Exa. manifesta sobre a Vale, seus destinos e, particularmente, as decisões do governo federal, que vão de encontro aos interesses da soberania e do povo brasileiro. Sem dúvida alguma, essa questão que V. Exa. trata é o viés do pacto federativo. Sem a discussão desse pacto, já proposto por esta Casa e pela bancada federal para discutir juntamente com o Presidente da República, com aqueles que têm a responsabilidade de dirigir este país, até hoje estamos sem questionamento, sem indagação. Deputado Rômulo Viegas, é necessário que essa discussão se aflore, que a cobrança seja efetivada, que nós, parlamentares, tenhamos a responsabilidade pelo nosso mandato em defesa do nosso Estado e dos nossos Municípios.

O que falta ao governo federal são os projetos estruturadores, que Minas tem. Eles vieram, com certeza, por meio do choque de gestão, trazendo desenvolvimento e progresso, inegavelmente pelas ações propostas e debatidas por esta Assembleia Legislativa e, particularmente, por todos os momentos em que nós, Deputados, somos chamados ao debate, pois nunca fugimos. Essa questão trazida por V. Exa. nesta tarde é motivo de muita reflexão, sim. É o chamamento desta Casa aos nossos Deputados e Senadores para discutirmos, de uma só vez, o pacto federativo, a fim de que os Municípios não mais passem por essa miséria pela qual vêm passando. Os Prefeitos estão vivendo à míngua sem o FPM. Não estão tendo condições de pagar seus funcionários, sua folha de pagamento, precisando recorrer ao Banco de Desenvolvimento, como vimos na manhã de ontem. O banco abre as portas, mais uma vez, para socorrer os Municípios mineiros, a fim de garantir tantos projetos e o desenvolvimento de cada Município.

Essa manifestação que V. Exa. traz realmente é o ponto central da questão. Isso iniciando pela Vale e efetivamente por tantas questões que ainda não foram respondidas, mas nós, com certeza, faremos um elo de cobrança para que o governo tenha moralidade pública. É isso que queremos por parte do governo federal. Certamente perdemos, e ainda estamos perdendo, tantas indústrias e empresas, sem o mínimo de respaldo, de garantia para Minas Gerais.

Parabéns por essa reflexão que V. Exa. traz. Temos de iniciá-la, sim, pelo pacto federativo, promovendo até mesmo a participação de todos os parlamentares e Senadores em um só envolvimento: o movimento para restabelecer a igualdade e, acima de tudo, a garantia e a soberania de cada Município, de cada Estado da Federação. Somente assim poderemos ter a igualdade que V. Exa. manifestou, a transparência das ações públicas. Isso é o que devemos fazer. Com esse pronunciamento e essa reflexão, nós, com a responsabilidade que temos, haveremos de fazer com que essa vertente seja uma realidade, iniciando pela Vale e depois por tantas outras para as quais ainda não tivemos a solução, para as quais ainda não tivemos a resposta. Mas haveremos de tê-las.

Cumprimento V. Exa. pelo pronunciamento. Vamos colocar essa discussão maior em defesa de Minas Gerais na pauta do dia. Parabéns!

O Deputado Rômulo Viegas* - Agradeço as intervenções formuladas pelos Deputados Luiz Henrique e Dalmo Ribeiro Silva.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Liza Prado* - Sr. Presidente, companheiras e companheiros da saúde que estão em greve legítima e garantida constitucionalmente. Que vocês tenham muita força, garra e persistência, pois tenho certeza de que melhores condições de trabalho e salário serão advindas de muita luta. Que Jó possa acompanhar vocês. Felicidades! Quero encaminhar um requerimento à Secretaria de Estado, solicitando ao governo do Estado que amplie e agilize as vagas na Escola Agrotécnica Renê Giannetti, em Uberlândia, pois temos professores e vagas ociosas nos períodos da tarde e da noite. Quero utilizar esta tribuna para defender o povo de Contagem, cidade pela qual tenho uma paixão enorme, onde morei e tive meu filho. Ontem conversei com vários estudantes, professores e sindicalistas indignados, decepcionados e revoltados pela forma como têm sido tratadas as unidades da Fundação de Ensino de Contagem - Funec -, as quais são um exemplo para Minas Gerais e para o País. Apresentei requerimento na Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, solicitando à Secretaria de Estado de Educação que ajude na conversação de reabertura das unidades da Funec fechadas pela Prefeita Marília Campos, bem como na manutenção das unidades restantes devido ao alto nível dos serviços prestados e sua relevância para a população. O objetivo é evitar a extinção da Funec, referência para o ensino em Minas Gerais e para todo o País, principal responsável pela formação de grande parte da população de Contagem. A Funec é considerada patrimônio valioso do povo de Contagem, pois representa a garantia de um ensino médio gratuito de qualidade comprovada.

Difícilmente uma geração não passou pela Funec. A Prefeita Marília Campos é do partido do ex-Presidente Lula, nordestino e pobre, que não teve oportunidade de estudar e que fez tanto pela educação neste país. Tenho certeza de que é uma mulher respeitada, a quem admiro e que fez muito por Contagem, mas, no último mandato, quebrou sua palavra, envergonhando os que acreditaram que não fecharia as unidades da Funec, como prometeu. Ela disse que o IPTU seria gratuito e que as unidades da Funec não seriam fechadas. Prometeu e não cumpriu.

Querido Deputado Rogério Correia, a quem tanto admiro e passei a respeitar, assim como o meu querido Carlin, vocês que conhecem bem o nosso povo e sabem que ela é uma Prefeita dinâmica precisam rever isso. Sei que não é fácil para os Municípios com dificuldades orçamentárias assumirem tantas responsabilidades, mesmo quando são sua obrigação, como os serviços de colocar gasolina nos carros da polícia, cartório eleitoral, etc. A gente sabe de quem é a responsabilidade com o ensino de 2º grau. Mas sabemos também que a Funec tem orçamento próprio, mesmo fechando mais de seis unidades. Onde estão as unidades de Ibisco, Industrial, Cruzeiro do Sul, São Luiz, Novo Eldorado e Vila São Paulo? Mesmo assim continua o mesmo orçamento. Sempre falam que a metodologia mudou, mas ela tem dado certo, porque é preciso conciliar a prática e a teoria científica. Creio que nenhum Deputado concorda com o fechamento do ensino profissionalizante. Tenho certeza disso. É preciso que esta Casa, bem mais que falar, aja. Estou encaminhando - aliás, a Gazzola é Secretária do meu partido, o PSB - e solicitando empenho para abrirmos essa conversa e para que a Assembleia Legislativa ajude. Dessa forma, não estará ajudando apenas a Prefeita, mas todo o povo de Contagem, todo o



povo de Minas Gerais. Muitos estudantes não têm condições de se locomover. O sindicato dos servidores está revoltado porque muitos professores estão em desvio de função e muitos outros não sabem o que acontecerá com eles. São professores que estudaram, se prepararam, criaram seus filhos e ajudaram a formar muitas pessoas conhecidas em nosso meio hoje. São professores que sofrem em nosso Estado. Agora estão ansiosos, pois outras unidades também estão na UTI. É preciso defendermos, independentemente de ideologia partidária.

Tenho certeza de que terei o apoio de todos os colegas desta Casa. Acredito que o espírito desta Casa é defender a educação profissionalizante, principalmente para os alunos carentes das Funecs e nos bairros que citei. São pessoas pobres que não têm como se locomover para outros locais. Há várias outras Funecs. Quem conhece a população de Contagem sabe o amor e o sentimento em relação a isso. Acredito que nenhum Deputado terá coragem de ser contra professor ou professora, tampouco criticar a dificuldade por que passa a Prefeitura. Temos de colaborar e ajudar.

Assim, fraternalmente, utilizo essa tribuna. Não permitiremos que fechem escolas enquanto abrem cadeias. Enquanto não houver investimento neste país na saúde e na educação, mais presídios serão abertos. É preciso incentivar o povo. Não podemos permitir isso. O orçamento foi fechado, mas continua o mesmo. Essa verba não deveria ter sido passada para outro local. Sabemos que vários professores concursados, auxiliares de secretarias, não sabem para onde vão. Sabemos que a metodologia é o ensino médio integrado à educação profissional. Sabemos também que o ensino profissionalizante é o ensino médio com mais um período. Vocês sabem que surgiu neste país os cursos de tecnólogos, mas são apenas para quem tem dinheiro para pagar. Não venham com a conversa de que é preciso outro espaço. Sempre é importante outros espaços, melhorá-los, equipá-los com laboratórios, mas não é desculpa para quem tem orçamento próprio e conseguiu mantê-lo. Conseguiu isso desde governos passados, até mesmo no primeiro mandato da Prefeita. Então, de forma muito fraterna, Srs. Deputados, faço um apelo a esta Casa, à Comissão de Educação, que não se permita esse fechamento. Estou solicitando a realização de audiência pública à Comissão de Educação para discutirmos a situação dos servidores, a fim de não permitir essa situação, porque estão querendo fechar todas as outras. Muitos alunos não conseguiram fazer inscrição para o próximo curso. Sabemos que em 1998 havia 12 mil alunos e hoje há pouco mais de 2 mil. É muito triste, para quem se formou e hoje é professor ou professora nas Funecs, passar na porta e vê-la fechada. Quem tem amor por este Estado, por Contagem, quem conhece as dificuldades sabe que não podemos permitir o fechamento de outras unidades. Não adianta querer construir 1, 2 ou 3 e fechar mais 11, 12 ou 16. O ensino profissionalizante é um exemplo para o País, principalmente para o aluno ou aluna que não tem outra forma de se profissionalizar. Não tem como. E você tem uma escola próxima a sua casa. Percebe-se um retrocesso, não um avanço, de uma política pública educacional que é um exemplo. Creio que uma Prefeita dinâmica, que construiu praças, que teve de buscar chaveiro para abrir salas da Prefeitura, que enfrentou dificuldades, conseguiu sanar as contas, não pode sair de um mandato conhecida como a que fechou as Funecs, a que está desmontando o ensino profissionalizante em Contagem. Não acredito que isso vá acontecer. Faço aqui um apelo a todos os sindicatos, às Deputadas e aos Deputados para que possamos defender a qualidade do ensino desse curso profissionalizante. Temos professoras doentes, porque ficam ansiosas, Deputado, por não saberem para que escolas irão. Mais de quarenta, quarenta e nove já estão exercendo sua profissão e atuando em sua área, na Secretaria Municipal da Educação. Informe-me pela página da internet, conversei com professoras, com professores e com alguns representantes do sindicato e pude perceber que 79 professores, salvo engano, estão cedidos para outros setores da Prefeitura. É tão difícil formar um professor ou uma professora, para depois eles irem para outras áreas não ligadas à educação. Este país realmente só conseguirá consolidar sua democracia, quando todo passo que dermos rumo à educação for também um passo rumo à democratização e à consolidação de sua cidadania. Algumas Prefeituras tiveram exemplos como este.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Nobre Deputada Liza Prado, gostaria de cumprimentar V. Exa. pela preocupação com nossa querida cidade de Contagem, o que é muito pertinente. Como bem disse V. Exa., já que viveu em nossa cidade em outras épocas, percebe como a mesma tem evoluído e se modificado. Os últimos seis anos de administração da Prefeita Marília Campos têm dado nova feição ao Município, onde acabamos com práticas abomináveis, como a prática de não se fazer concurso público e a do compadrio político. A cidade hoje é uma cidade republicana; é uma cidade que, acima de tudo, retomou seu crescimento econômico. Do ponto de vista da Funec, a Prefeita Marília Campos tem uma compreensão muito clara. Ela está retomando a vocação da nossa fundação de ensino, que é a de ensino técnico. Não queremos uma Funec para 2º grau, simplesmente; queremos uma Funec que dê oportunidades de formação técnica aos nossos jovens, uma vez que se trata de um dos maiores polos industriais de Minas Gerais. Preocupada com a valorização do ensino técnico, a Prefeita tem procurado fazer parcerias com o governo federal - como exemplo, temos a inauguração do Cefet -, com o Sesi, com o Senai e com instituições de formação profissional. É muito oportuno, aproveitando que V. Exa. faz parte do partido da Secretária de Educação do Estado de Minas Gerais, buscar entender que o que falta em Contagem é a responsabilidade do governo do Estado, justamente com o ensino técnico profissionalizante. Deputada, a senhora sabia que, em uma cidade com quase 800 mil habitantes, não existe uma escola técnica sequer da rede estadual?

A Deputada Liza Prado* - Concordo com o senhor, Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Da rede estadual de ensino, Deputada Liza Costa.

A Deputada Liza Prado* - É Liza Prado.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Outra questão importante: os 25% dos recursos do Município a serem aplicados na educação não podem ser aplicados no ensino do 2º grau.

A Deputada Liza Prado* - Concordo.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - O investimento que hoje há na Funec é com orçamento próprio do Município, respeitados os 25% prioritariamente para Contagem.

A Deputada Liza Prado* - Eu disse isso. Deputado Carlin Moura, eu lhe agradeço.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Já que V. Exa. está voltando a ajudar Contagem, ficamos felizes. Aproveite e peça à Dra. Ana Lúcia Gazzola para criar um curso técnico profissionalizante em nossas redes estaduais.

A Deputada Liza Prado* - Peça a Prefeita que está defendendo para reabrir. Eu vou pedir, sim. Muito obrigada.



O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Quero parabenizar V. Exa. pela manifestação. Contamos sempre com sua ajuda para tornar Contagem uma cidade melhor para se viver.

A Deputada Liza Prado* - Muito obrigada, essa é minha obrigação. Eu lhe agradeço, Deputado Carlin Moura, a quem admiro muito, de quem gosto muito. Peça a Prefeita, que V. Exa. está representando, para que reabra as escolas técnicas, porque, na verdade, sempre houve orçamento. O orçamento continua existindo, embora as unidades estejam fechadas. Pedirei à Gazzola para que interfira.

Solicito, e temos até de exigir, Deputado Rogério Correia, a quem queria pedir desculpas porque meu tempo acabou, pois, se tivesse mais 30 segundos, concederia aparte ao Deputado, a quem admiro tanto.

Sou fã da Prefeita Marília, cujo trabalho admiro. Sei que passou por muitas dificuldades, e não é fácil. Não pensem que é simples, realmente é uma Hidra de Lerna. Percebo que a educação é complicada, mas é preciso vontade política. O Deputado Carlin Moura está certo, ao dizer que tínhamos o orçamento próprio, e esse orçamento continua lá. É possível termos um mundo melhor, fazer a diferença. Contagem foi exemplo para o mundo e para o Brasil, e não pode ser que a nossa Prefeita, uma mulher combativa da base do governo Lula, seja conhecida como a que está desmantelando o ensino profissionalizante em Contagem. Portanto fica aqui o meu protesto e o meu empenho. Torço para que Deus ilumine o seu coração e ajude tanto a Prefeita quanto a Secretária de Estado no sentido de achar uma saída, e não promover um fechamento, Deputado Rogério Correia, para que possamos beneficiar a juventude, principalmente a mais carente. Que a Prefeita possa resolver isso!

E não é só isso. Aproveito e solicito à Prefeita que veja também o contrato, porque muita gente está pagando taxa de esgoto sem tê-lo: há fossas. Foi feita uma concessão da Prefeitura, que não foi da época da Prefeita. São 100 anos de concessão para a Copasa. Tem de haver um processo na Justiça para rever isso, pois também é um problema grave. Na próxima oportunidade, falarei sobre esse tema para ajudar e fazer com que a Prefeitura também faça sua parte para rever esse contrato. Independentemente da base do partido em que estou, o importante é quem me elegeu e me colocou aqui. No que for verdade, for bom para a população, for correto e justo, para defender quem mais precisa - a educação e a saúde do povo mineiro -, terão o apoio desta Deputada. Sobre matéria de qualquer Deputado, podem ter a certeza de que estarei aqui para defender o que é correto e justo. Minha posição é a de tentar ajudar o povo mineiro. Muito obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana* - Sr. Presidente, Deputado Duílio de Castro, demais Deputados aqui presentes, imprensa, funcionários da Casa, telespectadores que nos assistem pela TV Assembleia, público presente em nossas galerias, boa-tarde. Na condição de médico, cumprimento os funcionários do Sindicato da Fhemig em todo o Estado de Minas Gerais, colocando nosso gabinete ao inteiro dispor para as causas justas pelas quais lutam.

Minhas senhoras e meus senhores, lamentavelmente estou nesta tribuna hoje para manifestar minha tristeza pela morte do ex-Deputado Dalton Canabrava, aos quase 86 anos, na manhã de ontem, na minha cidade de Curvelo. Por outro lado, falar do conterrâneo, do curvelano Dalton, deixa-me orgulhoso, porque ele fez parte de um seleto grupo de pessoas que permitiram, por meio de seu esforço e espírito nacionalista, não só o despertar, mas também a luta e a continuidade da democracia em nosso Brasil, que, em tempos obscuros, foi ofuscada pelo regime ditatorial. Naquele período, um baluarte mineiro brilhou no meio da incompreensível ditadura: a figura de Dalton Canabrava, então jovem Deputado Estadual da Oposição nesta Assembleia, levantou a bandeira em defesa dos oprimidos, protegendo os que buscavam um Brasil livre, os que defendiam a democracia e que lutavam contra a opressão, ficando conhecido em Minas Gerais como "paladino da democracia". Chegou a abrigar em seu gabinete lideranças estudantis e sindicais que tentavam se opor ao regime vigente, que não permitia a liberdade de expressão de nenhum brasileiro neste país.

Dalton Moreira Canabrava foi um homem do povo sempre presente na defesa dos interesses de nosso Estado, tradição que começou com seu bisavô, Francisco França Canabrava, o primeiro Presidente da Câmara Municipal de Curvelo, ainda na fase republicana. Médico, diplomado pela UFMG em 1950, Dr. Dalton começou a clínica em sua terra natal no ano seguinte, com um consultório de clínica cirúrgica, lá dirigiu também o Hospital Santo Antônio. Foi membro da Associação Médica de Minas Gerais. Iniciou sua carreira política como Vereador em Curvelo, nos períodos de 1954-1958 e de 1959-1963, chegando à Presidência da nossa Câmara Municipal, de 1955 até 1958. Nesta Assembleia teve o seu primeiro mandato na 5ª Legislatura, de 1963 a 1967, como suplente, e foi Deputado efetivo da 6ª à 10ª Legislatura. Seu trabalho concentrou-se em melhorias na área da saúde pública, com ênfase na vacinação contra a paralisia infantil, atingindo as camadas mais necessitadas de nossa sociedade. Na sua primeira campanha como Deputado, abraçou a causa da erradicação da paralisia infantil, contratou pessoal, investiu recursos próprios e contribuiu para a vacinação de todas as crianças das escolas do Município de Curvelo e de toda a região. Em seis legislaturas, nesta Casa, ocupou praticamente todos os cargos, chegando à Presidência por dois anos consecutivos.

Dalton Canabrava também dignificou Minas Gerais no cenário nacional, atuando na Câmara Federal, de 1987 a 1991, como Deputado Federal constituinte, dando continuidade ao seu justo trabalho na condução histórica de nosso Brasil à democracia. Na Câmara Federal foi Vice-Líder do PMDB; membro efetivo da Comissão de Transporte e suplente da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social; 2º Vice-Presidente da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo e suplente da Subcomissão da Questão Urbana e Transporte.

Dalton Canabrava pertenceu à UDN, ao MDB, ao Partido Popular, PP, e ao PMDB.

Quero citar também parte do artigo que o jornalista Carlos Lindenberg, do jornal "Hoje em Dia", escreveu exatamente hoje, 24 de março, na sua coluna, cujo título é: "História de Dalton num tempo heroico": (- Lê:)

"É de lembrar sua figura firme, mas amena, no contato com os colegas e mesmo com os adversários e seu trânsito fácil com os jornalistas, aos quais dedicava boa parte do tempo disponível a contar histórias de sua região - ora de medicina, ora da política. E dava gargalhadas inesquecíveis. Dalton foi de um outro tempo. É verdade que nos idos de 64 chegou a se alistar entre os que defenderam a derrubada de João Goulart. Falava a alma do fazendeiro, amedrontado pelo fantasioso Grupo dos Onze, de Leonel Brizola. Mas, ao sentir o peso do regime discricionário, alistou-se, por origem e identidade, no exército libertário do velho MDB de Adauto Cardoso; e



assim ofereceu tenaz combate aos que suprimiam a democracia no País. Foi um tempo heroico do qual ainda resta, entre outros, o ex-Deputado Tarcísio Delgado, de Juiz de Fora. Formavam, por sinal, uma dupla inseparável na Assembleia.

É dessa época um episódio que ilustra a convivência dos contrários no Parlamento mineiro, onde não faltavam debates acalorados, e até alguma disputa física, quando não resolvida a tiros, mas onde também imperava o instinto de solidariedade, da compreensão e da tolerância. Corriam os anos de chumbo e presidia a Casa o ex-pessedista João Ferraz, matriculado, à época, na Arena. Dalton liderava o MDB, ele que era originário da velha UDN, portanto duas vezes adversário de Joãozinho Ferraz.

Em Brasília, o MDB não dava descanso ao governo do General Garrastazu Médici. O mineiro Lisâneas Maciel, eleito Deputado pelo Rio de Janeiro, numa tarde-noite de quinta-feira ocupou a tribuna da Câmara Federal para fazer duras críticas ao regime. A reação foi a esperada. No final da noite, Lisâneas teve o mandato cassado pelos duros do governo. Para dar maior impacto à cassação e provocar mais problemas para o regime, o gabinete da Liderança do MDB mandou, por telex, o discurso mortal a todos os líderes do partido nas Assembleias Legislativas, para que fosse feita a leitura do texto.

Em Minas, na sessão matinal da sexta-feira, Dalton recebeu a cópia, enorme, medindo quase 2m de fita de telex. Presidindo a reunião, Joãozinho Ferraz estava atento à movimentação do Plenário e de olho, especialmente, na belicosidade de Dalton. A sessão corria, até onde possível, calma, até que João Ferraz viu um Dalton avermelhado, paletó desabotoado e esvoaçante, entrar no Plenário arrastando 2m de telex. Joãozinho não teve dúvida. Antes que Dalton gritasse da porta um 'pela ordem, Presidente', como de fato fizera, João Ferraz gritou alto e bom som: 'Em nome de Deus, está encerrada a sessão', para espanto de funcionários e Deputados, que não entenderam nada no primeiro momento.

E, ato seguinte, João Ferraz deixou a Mesa dos trabalhos, esgueirou-se sem esconder a preocupação por trás do balcão de mármore e ganhou a porta lateral de saída da Mesa, enquanto Dalton, espumando, gritava: 'Golpista, volta aqui, seu covarde, a sessão precisa continuar'. E a sessão continua".

Finalizando: homem de grande coragem, Dalton Canabrava foi exemplo para todos nós, exemplo para os mineiros que abraçaram a bandeira democrática por um país livre e com liberdade de expressão. Entre muitas medalhas e honrarias recebidas em 50 anos de política, Dalton Canabrava ganhou o Diploma do Mérito da Resistência Democrática, em 1979, por sua bravura em face do perigo da ditadura, um diploma único, assinado pelas personalidades políticas de Minas Gerais e oferecido por seus companheiros.

Relembrar, pois, a vida pública de Dalton Canabrava é uma honra para mim, apesar da dor, do sentimento de sofrimento que seus familiares e todos nós, seus amigos, estamos passando. Manifestamos nossa solidariedade a seus familiares, à viúva, nossa amiga D. Suzana Pinto Canabrava, seus dois filhos, Dalton Canabrava Filho e Rodrigo Pinto Canabrava, exatamente pelo momento difícil, pela hora que passam. Quero também, em nome da Assembleia Legislativa, falar do orgulho de todos nós, Deputados, e hoje destes homens que ajudaram a construir a nossa Assembleia e que também aqui passaram, fizeram e deixaram história para o nosso Estado e para o nosso país. Com muito orgulho, em nome do povo de Curvelo, quero agradecer a luta, a vida pública, a vida de homem de família e a vida do médico Dalton Moreira Canabrava, que ontem, antes de completar 86 anos, faleceu vítima de câncer de pâncreas e suas conseqüências, mas que eternamente ficará e já está gravado na história deste Estado e deste país pela sua bravura, pela sua visão, pela sua coragem e pela sua luta em prol da democracia no País.

Cito também um caso. Uma vez, Hidelbrando Canabrava, na época da ditadura, precisava de um documento no governo federal, então militar, e, ao chegar, no primeiro contato que fez, a assessoria dos Generais que dominavam o País, por ter o nome Canabrava, já foi dizendo: "Este Deputado está riscado, não é para atendê-lo aqui". E não era o Deputado Dalton Canabrava, mas o Deputado Hidelbrando Canabrava, seu primo, mas o nome Canabrava realmente soava com muita dureza e não agradava aos militares que dominavam o regime àquela altura.

Em nome do povo de Minas Gerais, em nome dos que o conheceram e dos que trabalharam com ele, vários ainda vivos, que o tenhamos em boa memória. Fica aqui a nossa despedida, que Deus o tenha num bom lugar e que lhe dê bom descanso por tudo que fez, construiu e por tudo que significou. O nosso eterno reconhecimento a esse guerreiro defensor dos direitos do cidadão - direitos imensuráveis - e que é orgulho para todos nós.

Sr. Presidente e Deputados, este é o meu pronunciamento na tarde de hoje, que é dedicado exatamente a esse homem que passou por aqui por seis mandatos, tendo exercido o sétimo como Deputado Federal constituinte para a grandeza, a memória e a história de Minas e do Brasil.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, obrigado. Buscarei ser bastante breve no meu pronunciamento, ou seja, na utilização dos meus 15 minutos. Eu e os Deputados Délio Malheiros e Carlin Moura ainda participaremos de uma reunião com os expositores da feira da Avenida Afonso Pena, em Belo Horizonte, que, aliás, estão nos esperando para debatermos um problema relativo a essa feira. Infelizmente têm ocorrido desencontros com a Prefeitura local, cujo processo de licitação está com um critério que não agrada aos feirantes e a todos nós. Queremos encontrar alguma solução para esses companheiros. Somos solidários com sua luta. Então, conforme disse, serei bastante breve.

Mais uma vez, faço uma saudação aos funcionários da saúde e da Fhemig que estiveram aqui conosco. Vamos torcer para que o governo Anastasia tenha para com eles sensibilidade, que, aliás, não teve até agora, e, de fato, negocie com os servidores da saúde.

Finalmente, congratulo-me com os professores. Hoje o STF está pondo na pauta de discussão o Piso Nacional dos Professores. Sabiam que esse piso não é respeitado em Minas Gerais? O Governador Anastasia e o ex-Governador Aécio Neves não respeitam o piso nacional. Então, estamos verificando se, no STF, será destinado um piso de R\$1.500,00 aos professores. É muito pouco receberem R\$1.500,00 de piso. Em Minas Gerais, não se respeita o piso dos professores como vencimento básico.

Sou professor e fundador do Sind-UTE. Espero que o Supremo vote a favor da existência de um piso nacional que obrigue os governos dos Estados, por este Brasil afora, incluindo Minas Gerais, a pagarem o mínimo de R\$1.500,00 de vencimento básico dos professores. Portanto trago aqui a minha solidariedade aos professores, às professoras, assim como aos companheiros da saúde e da Fhemig e aos feirantes.



Sr. Presidente, Deputados Carlin Moura e Antônio Júlio e Deputada Liza Prado, há um assunto importante que me traz a esta tribuna hoje. V. Exas. sabem que, nesta semana, o novo Presidente do PSDB em Minas, de forma um pouco ameaçadora ao nosso Bloco Minas sem Censura... Deputado Antônio Júlio, eles não estão acostumados a escutar outra opinião, portanto ameaçam qualquer ação que questiona o governo. A censura impera no Estado; aliás, o Deputado Sávio Souza Cruz já explicou isso hoje - o Presidente do PSDB, em tom de ameaça, disse que nada ficará sem resposta, ou seja, que responderá a tudo que perguntarmos. Como ele disse que nada ficará sem resposta, o Bloco Minas sem Censura está apresentando vários requerimentos para verificar se, de fato, haverá resposta. Hoje estou apresentando mais dois requerimentos. Até agora não obtive resposta de nenhum. Como disse que nada ficará sem resposta, não perdi ainda a esperança e continuarei apresentando os meus requerimentos. Se o governo não responder, enviarei tudo ao Deputado Federal Marcus Pestana, Presidente do PSDB. Quem sabe ele responda, já que, até agora, o governo nada respondeu.

No primeiro requerimento, quero saber as razões que levaram a Copasa a anunciar hoje um reajuste tarifário de 7,02%, superior à inflação, que foi de 5,9%. Por que a Copasa está incluindo na conta de água um reajuste maior que o processo inflacionário? Ao mesmo tempo, por que a Copasa diminuiu a tarifa social, que teve uma queda de 4,5%? Ou seja, os pobres estão sofrendo ainda mais com a Copasa, que cobra taxa de esgoto pelo interior afora, sem que haja rede de esgoto ou esgoto tratado. O Deputado Marcus Pestana, Presidente do PSDB, disse que nada ficará sem resposta. Quero que responda, então: por que o aumento foi de 7,02% se a inflação foi de 5,9%? E, ainda, por que a tarifa social na Copasa teve uma queda de 4,5%? O requerimento está aqui. Esperamos resposta.

Mas quero apresentar o segundo requerimento, para que nada fique sem resposta. Os Deputados governistas nesta Casa só reclamam do governo federal. Como não conseguem falar bem de Anastasia, porque não têm o que falar de bem, ficam tentando falar mal do Lula e da Dilma. Coitados! Falar mal do governo de Lula e da Dilma, para quem tem um governo como o do Anastasia e do Aécio, é tarefa muito difícil. Mas eles ficam falando mal do Lula e da Dilma o tempo todo. Até entendo: como não têm o que falar de bem sobre o governo do Estado, ficam pedindo coisas para o governo federal. É mais ou menos assim: como não há direito um governo do Estado, ficam falando do governo federal.

No caso, estão reclamando que o polo de acrílico da Petrobras não vem para Ibitiré. Em 2005, quando o Senador Aécio era Governador de Minas e eu era Deputado nesta Casa, foi feito um protocolo a que acho interessante nos remeter. Reclamaram e fizeram o maior escarcéu porque o polo de acrílico não vem para Minas, para Ibitiré. Mas, voltando a minhas memórias, lembro que, àquela época, com Aécio Governador e eu Deputado, apresentei requerimento a uma Comissão desta Casa - não me lembro agora a qual Comissão -, para estudar a possibilidade de esse polo acrílico vir para Minas. Isso aconteceu em 2005. De lá para cá, era esperado que o governo do Estado cumprisse o protocolo de intenções para que o polo acrílico viesse para cá. Então, o que quero saber do governo do Estado, Deputado Antônio Júlio, é o que se segue.

Considerando que a assinatura do protocolo de intenções entre o governo de Minas e a Petrobras ocorreu em 2005 - lembrando que este parlamentar esteve presente à discussão feita na Assembleia Legislativa em torno do assunto -, quero que o governo do Estado ou o Presidente do PSDB, Deputado Marcus Pestana, especifiquem os estudos ambientais e a apresentação de soluções para viabilizar o respectivo licenciamento que foram feitos em Minas Gerais. Isso, se foi feito algum estudo ambiental. Em segundo lugar, se o governo do Estado deu um jeito na infraestrutura energética, de abastecimento de água, de transporte, estocagem, disposição de resíduos sólidos ou tomou outras medidas de facilitação do fluxo de produção. Em terceiro lugar, se foi proposto algum incentivo fiscal. Em quarto lugar, se o governo do Estado qualificou mão de obra específica para que o polo de acrílico da Petrobras viesse para cá. Em quinto lugar, quero que especifiquem que Secretarias, órgãos ou empresas estaduais foram mobilizados para consolidar a atração do polo de acrílico. Alguma Secretaria se dedicou a esse tema? Em sexto lugar, quero saber se foi constituído algum grupo gestor específico para o fim que destaquei - trazer o polo acrílico para Minas Gerais. Em sétimo lugar, se foi realizada a mobilização de outras instâncias públicas e privadas para fins de incentivo à atração da citada planta industrial - universidade, Prefeituras do entorno, Fiemg, etc. Se isso ocorreu, qual foi o cronograma de atividades envolvendo tais instâncias? Em oitavo lugar, quero que indiquem as solicitações que foram formalmente apresentadas à Petrobras para se estabelecer a sinergia necessária para viabilização do citado empreendimento. E, em nono lugar, as linhas de financiamento do BDMG que foram disponibilizadas.

De acordo com meus conhecimentos, Deputado Antônio Júlio, nada desse protocolo o governo do Estado fez. No entanto, agora ele quer que caia do céu. Cadê o polo acrílico? Está indo para a Bahia, pois o governo baiano tem competência para fazer. Já o governo de Minas é um governo fraco, fica esperando exportação de minério. O governo do Estado vive disso: exportação de minério. Ele não está "nem aí" para o meio ambiente nem para nada. Se o minério vale muito, o governo do Estado fala: "Olha, o PIB foi grande". Mas, se o minério cai: "O PIB foi pequeno". Claro, o governo não faz investimentos. Não sou eu quem disse isso, mas sim, naquele seminário, o Presidente da Fiemg, sempre muito generosa com o governo do Estado e com o projeto Aécio Presidente. O Presidente da Fiemg reclamou aqui, publicamente, da falta de entusiasmo, de projetos e programas do governo federal, mas agora quer que caia do céu, fica reclamando que as coisas não vêm para cá. Como, se o governo não corre atrás?

O mesmo acontece na Prefeitura. O Deputado Luiz Henrique sabe que, se o Prefeito não correr atrás de determinado projeto, o projeto não cairá na cidade dele de graça. Prefeito tem de ir atrás, tem de fazer projeto.

Não quero ensinar padre-nosso a vigário, mas estão aqui mais dois requerimentos meus para que nada fique sem resposta. Vamos esperar o governo respondê-los.

Primeiramente concedo aparte ao Deputado Antônio Júlio e, em seguida, ao Deputado Luiz Henrique.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte) - Deputado Rogério Correia, estou ouvindo atentamente os seus questionamentos e acho que V. Exa. foi muito feliz, principalmente no final. Nos últimos oito anos ouvimos aquela velha frase sempre usada pelos políticos antigos: "Minas trabalha em silêncio". Em silêncio estamos trabalhando, e é por isso que nada acontece no Estado. Ontem mesmo o Deputado Sávio Souza Cruz fez um desafio a um Deputado - não me lembro o nome - que falava dos grandes investimentos em Minas Gerais. Também fiz esse desafio, por isso pergunto: qual investimento houve em Minas Gerais nos últimos oito anos? O que tivemos



foi a expansão da siderurgia e da mineração, que sempre tiveram ajuda expressiva do governo do Estado. Na verdade, tem de parar com esse negócio de que Minas trabalha em silêncio e resolve em silêncio. Por exemplo, essa questão da Petrobras, acredito que as nossas lideranças em Brasília tinham de dar o grito e xingar, mas eles querem ficar como a nova novela que começou: morde e assopra. Isso não resolve. Minas tem de se posicionar para resolver os seus problemas, pois as coisas não irão cair do céu.

Caro Deputado, quando V. Exa. falou que o Presidente do PSDB disse que nada ficará sem resposta, na verdade o que vimos é que nada terá resposta. É um pouco diferente. Ontem, eu e o Deputado Sávio Souza Cruz obtivemos algumas informações sobre a licitação do prédio do Ipsemg para um grupo hoteleiro. Depois, pedi informações ao Ipsemg por meio da Comissão de Fiscalização Financeira. No entanto, houve um alvoroço danado e, conseqüentemente, rejeitaram o meu requerimento. Hoje, Deputado Rogério Correia, sai daqui e fui atrás dos documentos. O processo já está em andamento, já houve o edital e abriram as propostas. A proposta vencedora - que todos já sabiam, pois não era segredo nem novidade para ninguém - foi a do Grupo Fasano. Não vou nem discutir o procedimento licitatório que estamos apurando hoje, quem participou e quem deixou de participar. Agora, o que mais me assustou, Deputado Rogério Correia, foi o preço que o governo do Estado impôs ao Ipsemg no que se refere ao aluguel daquele prédio de 12.000m². Até gosto de perguntar e fazer um desafio: V. Exa. sabe quanto é o aluguel que o Grupo Fasano pagará ao Ipsemg?

O Deputado Rogério Correia* - Não sei.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte) - Deve ser mais ou menos um décimo do valor que o Ipsemg paga atualmente para estar instalado na Cidade Administrativa.

O Deputado Rogério Correia* - Na Brasilinha do Aécio?

O Deputado Antônio Júlio (em aparte) - Essas coisas precisam ser esclarecidas. O governo tem de fazer isso. Sabe qual é o valor do aluguel que o Grupo Fasano pagará por mês naquele prédio?

O Deputado Rogério Correia* - Não.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte) - Serão R\$14.000,00.

O Deputado Rogério Correia* - É um bom negócio, não é mesmo, Deputado Antônio Júlio?

O Deputado Antônio Júlio (em aparte) - Se o governo quisesse me dar por uns R\$30.000,00, ficaria muito feliz.

O Deputado Rogério Correia* - É um bom negócio para o Fasano, né?

O Deputado Antônio Júlio (em aparte) - Essa é a discussão que tentamos ontem apurar através da Comissão. Pedimos informações, mas não quiseram nos dar. Depois, sabia que, se estavam escondendo, é porque havia algum problema. Se não há problema, nada ficará sem resposta. Como eles mesmo disseram, "o governo é da transparência e do resultado". Então, fui lá. Dessa vez, Deputado Luiz Henrique, não estou falando que houve ou que alguém me disse.

Fomos lá, eu e o assessor da Liderança da Minoria, o Dr. Elton, e fizemos um levantamento mesmo que bem superficial, pois são muitos documentos. Contudo vimos que a coisa foi altamente facilitada. Foi tão facilitada que um grupo de licitação do Ipsemg foi afastado porque não concordava com os valores. Chegaram a um valor totalmente diferente. Isso foi muito manipulado fora, na Secretaria de Desenvolvimento. Depois fizeram outra comissão de licitação para atender R\$14.000,00. Não estou discutindo, pois, atrás desses R\$14.000,00, há outros investimentos, o problema da Copa, e o governo quer investir. Mas tem uma coisa duvidosa nisso, e quero dizer isso hoje, pois o fato foi ontem, hoje já fui lá, e quero comentar hoje, vou comentar segunda-feira, terça-feira, esperando que eles me deem uma resposta de como foi essa transação.

O Deputado Rogério Correia* - Obrigado, Deputado Antônio Júlio. Tomara que nada fique sem respostas.

O Deputado Luiz Henrique (em aparte)* - Deputado Rogério Correia, é muito triste sabermos que perdemos o polo acrílico. Antes da reunião de ontem com o Presidente da Petrobras, estava conversando com o Sérgio Barroso exatamente sobre essas reivindicações que V. Exa. fala. Ele me disse que realmente grande parte - não foi tudo - foi atendida, e o entendimento para a instalação da fábrica em Ibituripe. Ninguém sabe por que a fábrica foi para a Bahia. Assim, precisamos estar juntos, pois ainda tem a questão da exploração do gás na Bacia do São Francisco. Os investimentos que a Petrobras fará em Minas, neste ano, são aqueles dos que serão realizados no Brasil. Realmente a empresa cresceu, e nós, mineiros, temos de estar juntos buscando investimentos, porque ficou para a Refinaria Gabriel Passos só tirar o enxofre do "diesel". Deputado Rogério Correia, ficou para nós só o cheiro do enxofre. Então faço um apelo a V. Exa, pois sei que é votado na região do São Francisco: vamos trabalhar junto nessa questão do gás, vamos ajudar Minas Gerais. Sei que V. Exa. está aí é para isso, e também nós estamos aqui com essa finalidade. Obrigado pelo aparte, Deputado.

O Deputado Rogério Correia* - Obrigado, Deputado V. Exa. tem o meu aplauso para essa questão do gás e para outras nas quais tem trabalhado. Também é nossa obrigação trabalhar para que Minas Gerais tenha, cada vez mais, um desenvolvimento. Agora espero também que o governo do Estado faça a sua parte. Deputado Sávio Souza Cruz, talvez, se o Mineirão estiver cheio e souber de uma história dessa, ele vá também cantar: "Ninguém segura esse chororô, chora o Aécio, chora o Pestana e o Governador". Não dá. Temos de trabalhar e colocar o governo para trabalhar. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Deputado Duílio de Castro, ilustre Presidente, que tanto nos honra hoje presidindo esta sessão, e caríssimos telespectadores da TV Assembleia, primeiramente quero, Deputado Rogério Correia, cumprimentar os servidores da saúde do Estado de Minas Gerais e da rede hospitalar Fhemig, os quais estão em um processo de reivindicação. Lembro especificamente que a principal reivindicação dos servidores é a manutenção dos seus postos de trabalho. O governo do Estado insiste em demitir um grande número de trabalhadores da rede Fhemig, da saúde pública, e isso é muito grave. Imaginem a saúde pública de Minas Gerais, que já passa por grandes dificuldades, ficar sem esses trabalhadores. É contraditório falar em demissão da rede pública de saúde de Minas Gerais, justamente em um momento em que a economia está em expansão e o mercado de trabalho evolui. Então pedimos ao governo do Estado que tenha compreensão e possa, sem dúvida nenhuma, dar uma resposta, o mais breve possível, a esses trabalhadores, garantindo-lhes os postos de trabalho na área pública de saúde.



Também quero, Sr. Presidente, cumprimentar o Vereador Glêdston, Vice-Líder da Prefeita Elisa Costa, em Governador Valadares. A Prefeita Elisa Costa foi nossa companheira, nesta Casa, e também Líder do nosso bloco. Hoje ela está à frente da Prefeitura de Governador Valadares, procurando fazer um grande trabalho e um esforço em prol do povo de Governador Valadares.

O nosso Vice-Líder muito bem levantou uma questão, e aproveitou para reiterá-la: no ano passado, aprovamos, nesta Casa, um fundo de compensação aos Municípios para reparar a perda de arrecadação. O governo federal fez a compensação da parte que lhe cabe, e o governo estadual se comprometeu a compensar os Municípios do Estado de Minas Gerais. Para isso, foi aprovado um empréstimo especial do BNDES para os Municípios, mas, entretanto, alguns não têm recebido o mesmo tratamento por parte do governo do Estado.

No caso específico de Governador Valadares, temos direito a R\$5.000.000,00 do Orçamento do Estado para obras de infraestrutura. Até o presente momento, há dificuldades para a liberação desse recurso. Isso é estranho: porque alguns Prefeitos recebem e outros não? Então é importante ter uma resposta do governo do Estado. É pena que o Líder do PSDB, Deputado Bonifácio Mourão, não se encontre em Plenário, mas aproveitou a oportunidade para pedir que ele, oriundo de Governador Valadares, cobre do Governador do Estado que o repasse dessa cidade seja imediatamente garantido àquela Prefeitura. Só assim garantiremos um governo republicano. Não há que se falar em governo republicano se uns recebem e outros não. Isso é ruim, pode ser interpretado como uso eleitoral do dinheiro público, e não queremos acreditar nessa hipótese. Mas se não há resposta e nem repasse, a única conclusão a que podemos chegar é que realmente esteja havendo uma discriminação, um preconceito contra a cidade de Governador Valadares.

O Vereador Glêdston Guetão, Vice-Líder da Prefeita, está preocupado e, na pessoa da Prefeita Elisa Costa, pleiteia isso. Nós, do Bloco Minas sem Censura, somos solidários e queremos que o repasse do fundo de compensação dos Municípios chegue o mais breve possível à cidade de Governador Valadares.

Com muito prazer, concedo um aparte ao nobre Deputado Luiz Henrique.

O Deputado Luiz Henrique (em aparte)* - Deputado Carlin Moura, é preciso verificar se a Prefeitura está adimplente junto ao Estado para que seja efetuado esse repasse. Coloco-me como porta-voz para facilitar essa transferência. Nosso Líder não está aqui neste momento, mas me coloco à disposição para verificar que problema gerou isso.

O Deputado Carlin Moura* - Perfeitamente, Deputado Luiz Henrique. Agradeço-lhe muito e já posso antecipar que a Prefeitura de Governador Valadares está rigorosamente em dia. Os projetos já foram apresentados desde o ano passado e, quanto mais breve pudermos ter esse retorno do Estado, melhor. Governador Valadares é uma cidade-polo da região do Vale do Rio Doce e tem dificuldades para realizar políticas públicas. Então não podemos deixar de atender esse pleito, pois ele é do povo de Governador Valadares, e não do partido A ou B. Temos a convicção da importância dessa solicitação e desejamos que esse dinheiro chegue aos caixas da Prefeitura o mais breve possível.

O Deputado Luiz Henrique (em aparte)* - Tenho certeza de que o nosso Governador não está informado sobre esse assunto, principalmente porque é um dos Governadores mais republicanos que conheço e tem tratado todos como iguais no Estado de Minas Gerais.

O Deputado Carlin Moura* - Obrigado, Deputado Luiz Henrique. Então pedimos ajuda a V. Exa. e também ao Deputado Bonifácio Mourão, para levarmos uma resposta à Prefeitura de Governador Valadares o mais breve possível. Se for o caso, faremos posteriormente um requerimento formal, mas acredito plenamente que o Governador saberá responder isso, para que não paire nenhuma dúvida de que Governador Valadares esteja sendo perseguida ou discriminada por parte do governo. Prefiro pensar assim.

Deputado Duílio de Castro, há outro tema muito importante. Ouvi atentamente a fala do Deputado Rômulo Viegas, grande professor, matemático, pessoa de cultura e ilustre Deputado, cobrando, com muita firmeza, Deputado Luiz Henrique, e considerando equivocada a substituição de Roger Agnelli, Presidente do Conselho Diretor da Companhia Vale do Rio Doce. Ficou uma dúvida. O conselho da Vale tem sua composição regimental com acionistas majoritários, mas não houve por parte dos Deputados Rômulo Viegas, Dalmo Ribeiro Silva ou qualquer outro do PSDB cobrança da dívida da Vale com os Municípios de Minas Gerais, a qual o Sr. Roger Agnelli insiste em não pagar. São R\$4.500.000.000,00 em processo transitado em julgado, ajuizado pelos Municípios mineradores, e não cabe mais recurso. Nos últimos 12 anos consecutivos, a CVRD, sob a Presidência do Sr. Roger Agnelli, vem batendo recordes de lucro líquido para os seus acionistas. Esse dinheiro é devido aos Municípios mineradores de Minas Gerais, como Congonhas, Itabirito, Ibirité, Itabira e Ouro Preto, mas a CVRD insiste em dar um calote de R\$4.500.000.000,00 sob a coordenação desse Presidente.

Deputado Luiz Henrique, se não me engano foi V. Exa. que mencionou que a Vale fez uma doação de R\$100.000.000,00 para uma creche. Minas não precisa de esmola, queremos o que é direito de Minas Gerais. Esses R\$4.500.000.000,00 se devem ao cálculo errado da Compensação Financeira de Extração Mineral - CFEM -, que se fez de propósito para dar prejuízo aos Municípios.

Mudar o Conselho da Vale também é importante para que ela tenha compromisso com os Municípios de Minas Gerais. A principal riqueza que está dando lucro a essa empresa vem das montanhas de Minas Gerais. É positivo que o Conselho da Vale compreenda que deve mudar a sua Presidência, para termos uma empresa mais comprometida com Minas Gerais. O PSDB de Minas deveria bater palmas para o Conselho da Vale e pedir a cabeça do Sr. Roger Agnelli, para que ela pague a dívida e conquistemos a principal bandeira que une a todos em Minas, desde o Governador até os Deputados desta Casa: o aumento do percentual da CFEM, o "royalty" do minério. Hoje, este é uma migalha de 2% do faturamento líquido, enquanto para o petróleo é 10% do faturamento bruto. O que a Associação Brasileira de Municípios Mineradores, muito bem presidida pelo Prefeito de Congonhas, Anderson Cabido, quer é que passemos para apenas 4% do faturamento bruto dessas mineradoras que arrombam as montanhas de Minas e nos deixam apenas os buracos e barracos. Queria ver o pronunciamento do Governador e de todos os partidos desta Casa a favor da substituição desse Presidente do Conselho da Vale, que não tem respeito com Minas Gerais nem com os Municípios mineradores.

Para concluir, Deputada Liza Prado, estou muito feliz com a senhora e sei que nos poderá ajudar muito em Contagem. Porém, quero ajudá-la a compreender como Contagem evoluiu. Ela já tinha ido para a sexta colocação quando foi governada pelos tucanos, mas em 2010 teve uma receita corrente líquida de R\$809.000.000,00 e voltou a ter a terceira maior arrecadação do Estado. Desses



R\$809.000.000,00, investimos R\$217.000.000,00 em educação; R\$157.000.000,00 em aplicação do Tesouro; R\$9.000.000,00 em merenda escolar; R\$36.000.000,00 no Fundeb; e R\$15.000.000,00 no FNDE. É importante também, Deputada Liza Prado, compreender que recentemente foi aprovado o novo plano de carreira para os servidores da Prefeitura de Contagem, respeitando as carreiras profissionais, com vencimentos iniciais mais competitivos, valorização das titulações, progressão por avaliação a partir de 2012, recomposição salarial por progressão e promoção, redução da jornada para os Assistentes Sociais e manutenção dos direitos adquiridos como quinquênios, férias-prêmio. A Prefeita tem realizado grande esforço. Lá, Deputada Liza Prado, na rede de ensino fundamental há 70 mil alunos, 69 escolas e 5.152 servidores; na Funec há 2.487 alunos matriculados, 11 unidades de ensino em Contagem, 3 anexos, 652 servidores e um investimento de R\$20.000.000,00 só em 2010. Esse valor é do próprio orçamento do Município. Diga-se de passagem, se fossem respeitar o que a Constituição determina, como é ensino do 2º grau, esse orçamento teria de vir dos cofres do Estado de Minas. Entretanto, o nosso Estado, que é o terceiro maior da Federação e o segundo em arrecadação, pasme, Deputada Liza Prado, não tem escola técnica profissionalizante. Alguém conhece alguma escola técnica da rede estadual de ensino mantida pelo governo do Estado? O Estado está comprando vaga na rede particular de ensino. Trata-se do vergonhoso Programa de Educação Profissional e não dá condições adequadas para se ter uma rede própria de formação profissional. Então, a Funec em Contagem está tapando um buraco do governo do Estado.

Então deixo alguns esclarecimentos. Entregarei depois a V. Exa., Deputada Liza Prado, a prestação de contas da Prefeita Marília Campos para que veja melhor como Contagem mudou depois que V. Exa. morou lá, em outras épocas.

Citei o nome do Deputado Bonifácio Mourão, Presidente Deputado Duílio de Castro, e seria indelicado se não pudesse ouvi-lo, pois no momento ele não estava no Plenário. Gostaria que V. Exa. permitisse que ele falasse.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Solicito um tempo, porque estava em reunião da Comissão. Deputado Carlin Moura, V. Exa. fez referência a um repasse que o Governador não teria feito para o Município de Governador Valadares. Gostaria de saber qual.

O Deputado Carlin Moura* - Trata-se do Fundo de Compensação, Deputado Mourão. No ano passado, aprovamos nesta Casa um empréstimo especial ao governo do Estado para compensar a perda do Estado em relação à arrecadação de 2009. Na aprovação desse empréstimo, em condição especial, para o Estado ficou acertada a criação de um fundo especial para compensar os Municípios. Havia uma tabela de valores nesse fundo especial que dependia da população do Município. Por essa tabela, o Município de Governador Valadares fazia jus ao valor de R\$5.000.000,00 para investimentos em infraestrutura. Desde o ano passado estamos insistindo com o governo do Estado, com a Secretaria de Obras Públicas, para que esse valor chegue aos caixas de Governador Valadares. Entretanto, até hoje o dinheiro não chegou, Deputado Bonifácio Mourão. Então solicitamos, em nome do princípio republicano e da democracia, que os R\$5.000.000,00 a que Governador Valadares tem direito, como Fundo de Compensação dos Municípios, chegue aos cofres da Prefeitura o mais breve possível.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Responderei a V. Exa., que fala que Governador Valadares tem direito a esse fundo, com o que não concordo. Na verdade, Governador Valadares tem inúmeros direitos, como também a região do Vale do Rio Doce: o direito de ver a BR-381 duplicada até lá, por exemplo. O governo federal não duplica essa rodovia, chamada Rodovia da Morte, e não cumpre com os direitos do Município e de toda a região, que é a minha.

O Deputado Carlin Moura* - E o fundo, Deputado Mourão?

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Vou responder sobre o fundo, mas estou dizendo que ele não é só um direito, como V. Exa. afirma.

O Deputado Carlin Moura* - Foi aprovado nesta Casa, Deputado.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Porém, o fato de ter sido aprovado na Casa não significa que o governo seja obrigado a aprová-lo, porque se trata de despesa pública. A iniciativa de aprovar tem de ser do governo, conforme a Constituição Federal. Aliás, V. Exa. sabe disso.

O Deputado Carlin Moura* - Foi negociado.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Explicarei sobre a questão do fundo. V. Exa. me concedeu aparte.

Estou dizendo que só direito não seria; justo, sim, absolutamente justo com Valadares e toda a região. Com relação ao fundo, esclareço a V. Exa. que fui procurado pelo Silvano, que é Secretário do Governo da Prefeita Elisa Costa, e pelo Eng. Fernando Pinto, referido por V. Exa., para que eu trabalhasse nesse sentido, e eu estou trabalhando. Porém, conforme V. Exa. sabe, o governo tem apenas dois meses. O governo do PT, o governo da Presidente Dilma até agora está administrando briga do PMDB com o PT por causa de cargos. Todo o mundo sabe disso. Não fez nada, está só na base da promessa. O Deputado Gustavo Valadares sabe disso: o PMDB está brigando com o PT por causa de cargo. A Presidente Dilma Rousseff está apenas fazendo projeto, ninguém pode cobrar nada dela, até porque não houve tempo. Também não se pode cobrar do Governador atual a destinação, em dois meses, de R\$5.000.000,00 para Governador Valadares ou para outra região. No dia em que ele destinar esses recursos, eles serão muito bem-vindos. Estarei junto, lutando para isso, porque sempre estarei lutando por tudo o que diz respeito a Governador Valadares, ao Vale do Rio Doce e ao nosso Estado, com certeza, Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura* - Agradeço-lhe, Deputado Mourão. Conte com minha modesta ajuda.

Deputado Mourão, irei ajudar no que puder, porque Governador Valadares realmente merece. Tenho certeza de que o governo do Estado haverá de repassar esses recursos. Portanto, conte com minha colaboração. Vamos ao Governador, porque Governador Valadares não pode esperar. Muito obrigado a todos e ao nobre Vereador, Vice-Líder, Glêdston Guetão.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 28/3/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Lerin

nomeando Nilton Antônio de Paiva para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas.

Gabinete do Deputado Celinho do Sinttrocel

exonerando Sônia Maria Valério Nascimento Nunes do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;
nomeando Ronilson Silva Pereira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Gabinete do Deputado Luiz Carlos Miranda

exonerando Sibebe Dupin Ribeiro do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;
nomeando Flaviana Castro Assunção para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas.

Gabinete do Deputado Romeu Queiroz

nomeando Sidelina Souza Bomtempo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Tenente Lúcio

exonerando Francisco Helio de Oliveira do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 4 horas;
nomeando Franciele Mariano Nascimento para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Eliana Marques da Costa de Oliveira do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Dawison Welton Trindade Batista para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

nomeando Eliana Marques da Costa de Oliveira para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Transparência e Resultado;

nomeando Joaquim Chagas para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Transparência e Resultado;

nomeando Paulo Roberto Santana para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Transparência e Resultado.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Jadir Silva para o cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da 3ª Secretaria.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Cottar Manutenções Ltda. Objeto: prestação de serviço de manutenção preventiva nas subestações de energia elétrica do Palácio da Inconfidência e do Edifício Tiradentes. Vigência: 30 dias a contar da assinatura deste contrato. Licitação: Processo Licitatório nº 101/2010. Pregão Eletrônico nº 100/2010. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90 -10.1.

TERMO DE CONVÊNIO

Primeira Conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo Conveniente: Município de Limeira do Oeste. Objeto: transmissão do sinal da TV Assembleia. Vigência: 10 anos, a contar de 18/4/2011. Dotação orçamentária: 04.122.0005.2.0028.3.3.90.39.00.



ERRATA

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/3/2011

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 29/3/2011, na pág. 89, col.1, onde se lê: “nos dias 1º/3/2011 e 2/3/2011, respectivamente”, leia-se:



“nos dias 1º/3/2011 e 3/3/2011, respectivamente”.

E, após as assinaturas, insiram-se os seguintes relatórios de visita:

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Segurança Pública

Local visitado: Praça do Cardoso, Aglomerado da Serra

Apresentação

Em 1º/3/2011, às 10 horas, a Comissão de Segurança Pública visitou a Praça do Cardoso e suas cercanias, no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte. A visita, requerida pelos Deputados João Leite, Presidente da Comissão, Maria Tereza Lara e Sargento Rodrigues, teve como propósito averiguar a situação dessa comunidade após os conflitos envolvendo policiais militares e moradores, na madrugada de 19/2/2011, que vitimaram Jeferson Coelho da Silva e Renilson Veriano da Silva. Estiveram presentes, além dos citados parlamentares, o Vereador Paulinho Motorista.

Relato

Tão logo chegaram à Praça do Cardoso, os membros da Comissão conversaram com moradores e concederam entrevistas à imprensa. Em seguida, transitaram pelas ruas da Vila Cafezal e visitaram o Centro de Saúde do Cafezal, a Escola Estadual Laura das Chagas Ferreira e a Praça Bela Vista.

A comitiva da ALMG constatou a normalização do transporte, da educação, do fornecimento de energia elétrica e do comércio, mas deparou com a desativação do Centro de Saúde do Cafezal – somente está operando o serviço de tratamento a zoonoses – e o péssimo estado de conservação em que se encontra a Praça Bela Vista, inclusive a quadra poliesportiva.

De um modo geral, ouviu pedidos de melhorias nos serviços públicos oferecidos aos 50 mil habitantes do Aglomerado da Serra. Todos os moradores ouvidos sobre as mortes ocorridas frisaram que as vítimas – Jeferson da Silva, com 17 anos, dançarino, e seu tio Renilson da Silva, com 39 anos, auxiliar de enfermagem – eram pessoas conhecidas e de bem.

O locutor da Rádio Favela, Mizael dos Santos, disse que a população, apesar de pagar altos impostos, carece de serviços públicos, inclusive a presença de guardas municipais, de um posto de saúde dentro do bairro e de manutenção para as áreas comuns de convivência. Reclamou ainda das obras efetivadas, que, movidas por políticas ocasionais, não têm sustentabilidade.

O pastor e morador do aglomerado, Jackson Ferreira, também reivindicou a reativação do centro de saúde, que hoje atende na Rua do Ouro, em ponto muito distante. Disse que, infelizmente, o poder público só olhou para o bairro após os conflitos da semana anterior. Afirmou, por fim, que, apesar dos problemas ocorridos a relação da comunidade com a Polícia Militar é boa, o bairro está tranquilo e não há milícias aterrorizando a população.

Carlos Eduardo, filho de um comerciante local, e Antônio Ferreira, Diretor Cultural do Aglomerado da Serra, corroboraram as reivindicações dos demais moradores. A Vice-Diretora Rúbia Laje Vieira informou que a Escola Estadual Laura das Chagas está funcionando sem alterações, de manhã e à tarde, com a presença normal dos seus 800 estudantes. Kelly Barboza, comerciante, pediu a subdivisão da linha de ônibus 4107, de forma a facilitar o acesso ao ponto final, que hoje está localizado em local muito distante para uma parte dos cidadãos.

Conclusão

Tendo em vista o quadro verificado, foram aprovados, em reunião da Comissão realizada na tarde do mesmo dia da visita, requerimentos para o envio de ofícios:

I – ao Presidente da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte – BHTRANS –, pedindo a providência de analisar a subdivisão da linha de ônibus 4107;

II – ao Prefeito de Belo Horizonte, pedindo as providências necessárias à reforma e à reabertura do Centro de Saúde do Cafezal, bem como à recuperação e à manutenção permanente da Praça Bela Vista, inclusive da quadra poliesportiva ali construída.

Sala das Comissões, 22 de março de 2011.

João Leite, Presidente - Sargento Rodrigues - Maria Tereza Lara.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Segurança Pública

Local Visitado: Secretaria de Defesa Social

Apresentação

No dia 3/3/2011, às 13h30min, a Comissão de Segurança Pública visitou o Secretário de Defesa Social, Lafayette de Andrada, na Cidade Administrativa.

A visita, requerida pela Comissão, teve como propósito discutir a situação da segurança pública no Município de Betim. Estiveram presentes o Deputado João Leite, Presidente da Comissão; a Deputada Maria Tereza Lara, Vice-Presidente, e os Deputados Cássio Soares e Sargento Rodrigues. Participaram da visita, ainda, a Sra. Maria do Carmo Lara, Prefeita de Betim; os Vereadores Nehemias Gaspar de Araújo, Presidente da Câmara Municipal de Betim, e Cordovil Neves de Souza, da Câmara Municipal de Betim; o Sr. Ricardo Alexandre Alves Antunes, Superintendente de Segurança Pública de Betim; a Delegada Vânia Lúcia Godoi Faria, Chefe do 2º Departamento da Polícia Civil; o Cel. PM Irani Alvear Saraiva, Comandante da 2ª Região da Polícia Militar; o Sr. Guilherme Augusto de Faria Soares, Superintendente de Atendimento ao Preso da Subsecretaria de Estado de Administração Prisional; e os Srs. Murilo Andrade de Oliveira, Subsecretário de Administração Prisional da Secretaria de Estado de Defesa Social; e Ronaldo Araújo Pedron, Subsecretário de Atendimento às Medidas Socioeducativas da mesma Secretaria.



Relato

Inicialmente, o Secretário de Defesa Social franqueou a palavra. A Deputada Maria Tereza Lara abordou a grave situação da segurança pública em Betim, especialmente com relação à guerra entre gangues no Bairro Citrolândia, onde ocorreu troca de tiros. O Deputado João Leite falou do trabalho integrado das Polícias Civil e Militar e disse esperar uma atuação mais firme para combater a violência na Região Metropolitana, principalmente em Betim. O Deputado Cássio Soares também se mostrou preocupado com a violência. Por fim, o Deputado Sargento Rodrigues disse que talvez a Polícia Militar e a Polícia Civil já tenham identificado os responsáveis pelo episódio da briga de gangues, e sugeriu ações “cirúrgicas” em relação a esses fatos específicos. Além disso, frisou que as instalações da Polícia Militar em Betim são precárias.

Em seguida, foi dada a palavra à Prefeita Maria do Carmo Lara, que disse estar muito preocupada com a violência no Município. Segundo ela, embora a cidade ocupe a 2ª posição em arrecadação de ICMS, não vem recebendo tratamento condizente com essa posição. Apesar disso, tem realizado um enorme esforço para minimizar a violência, com a implantação de uma escola de tempo integral na região, um Cras e uma obra do PAC. A seguir, enfatizou a necessidade de Betim passar a contar com um batalhão da Polícia Militar e um plantão da Polícia Civil exclusivo para a cidade. Por fim, disse que a imprensa local vem estimulando a violência.

O Comandante da 2ª Região da Polícia Militar, Cel. PM Irani Alvear, disse que o relacionamento com a municipalidade é ótimo e ponderou que os índices de violência vinham caindo no Município, mas subiram, em janeiro e fevereiro, em função dos homicídios ocorridos.

A Delegada Vânia Lúcia Godoi Faria, Chefe do 2º Departamento da Polícia Civil, disse que, apesar de a região de Citrolândia reunir aproximadamente 35 bairros, conta apenas com 1 Delegado, 1 Escrivão e 10 Agentes de Polícia. “Há uma demanda reprimida em inúmeros inquéritos a que estamos dando vazão, mas que não conseguimos zerar de uma hora para outra. Para se ter ideia, o plantão de Betim atende outros 15 Municípios do entorno, imaginem o transtorno. Outra questão que nos preocupa é a efetiva implantação do Posto de Perícia Integrada – PPI –, que está pronto e tem boa estrutura.”

Em seguida, os presentes solicitaram aumento de efetivo, tanto da Polícia Civil quanto da Polícia Militar. A necessidade atinge as duas corporações, mas a Polícia Civil apresenta um déficit maior.

O Secretário de Defesa Social ponderou que Betim é um Município industrial e por isso atrai pessoas de toda parte, com índoles diversas, e que talvez isso seja um componente importante para se explicar a violência. A Polícia Militar e a Polícia Civil vêm fazendo o seu trabalho, foram feitas operações conjuntas, inclusive de inteligência, com apreensões de armas e de pessoas, mas esse trabalho não tem prosseguido com a devida agilidade no Ministério Público e no Judiciário.

Foi dito ainda pelos Vereadores presentes que há uma questão política a ser superada a fim de que Betim possa contar com um centro socioeducativo: nos últimos anos, vêm sendo feitas tratativas, da municipalidade e do Estado, para que esse equipamento seja destinado com maior rapidez.

O Subsecretário de Atendimento às Medidas Socioeducativas, Ronaldo Araújo Pedron, disse que tratativas foram iniciadas, mas que teme a perda de recursos assegurados para a construção do equipamento caso os problemas não sejam superados; e citou o exemplo do Município de Santana do Paraíso, onde, depois de muita conversa e negociação, conseguiu-se reverter a situação, já que a população não queria a instalação do centro socioeducativo.

Ao final, o Secretário de Defesa Social solicitou o esforço conjunto de todos para diminuir a violência e pediu ao Legislativo Municipal para acelerar a aprovação da doação do terreno para abrigar o centro socioeducativo. Com relação ao plantão da Polícia Civil e ao aumento de efetivo, disse que buscará atender essas demandas.

Sala das Comissões, 22 de março de 2011.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Sargento Rodrigues.